



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## AVISO

### **PREGÃO ELETRÔNICO nº 066/2022 - PJF PROCESSO ELETRÔNICO nº 5.366/2022**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando o **fornecimento de centrais telefônicas modelo MX-ONE para realização de atualização de Software e Hardware da central telefônica de propriedade da Prefeitura de Juiz de Fora, provendo capacidade de operar de maneira híbrida usando sistema convencional de telefonia (STFC) e de Voz sobre IP (VOIP), incluindo aplicação de Softphone compreendendo upgrade, instalação, configuração, treinamento, suporte, garantia e manutenção, com técnico de infraestrutura (onsite) pelo prazo de 36 meses em regime de Leasing**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 8h do dia 04/05/2022, às 8h50 do dia 17/05/2022;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 17/05/2022**, no endereço eletrônico **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico **[https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao\\_eletronico/2022/index.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2022/index.php)**. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA  
EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 066/2022 - PJF**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 5.366/2022**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168,2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

**I – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando **o fornecimento de centrais telefônicas modelo MX-ONE para realização de atualização de Software e Hardware da central telefônica de propriedade da Prefeitura de Juiz de Fora, provendo capacidade de operar de maneira híbrida usando sistema convencional de telefonia (STFC) e de Voz sobre IP (VOIP), incluindo aplicação de Softphone compreendendo upgrade, instalação, configuração, treinamento, suporte, garantia e manutenção, com técnico de infraestrutura (onsite) pelo prazo de 36 meses em regime de Leasing**, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

**1.1.1.** Os serviços e sistema a serem fornecidos pela **CONTRATADA** serão divididos em três categorias:

**1.1.1.1. Serviços de Prestação Instantânea:** Planejamento do projeto, instalação do sistema, implantação, configuração, treinamento, parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação e operação assistida.

**1.1.1.2. Licenciamento:** Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte.

**1.1.1.3. Serviços de Prestação Continuada:** Suporte durante a vigência contratual e Técnico de Infraestrutura Onsite para manutenção e serviços.

**1.2.** A **CONTRATANTE** pagará valores mensais e consecutivos referente a Solução e sua manutenção, a qual a **CONTRATADA** dará plena quitação ao final do contrato, passando a solução ser patrimônio definitivo da PJF.

**1.3.** A **CONTRATANTE** pagará valores mensais e consecutivos à **CONTRATADA** referente ao técnico de infraestrutura (*onsite*).

**1.4.** Deverão estar inclusos todos os equipamentos, softwares e suas respectivas licenças e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento do sistema.

**1.5.** O objeto licitado atenderá a toda a Prefeitura de Juiz de Fora, conforme o detalhamento do Termo de Referência. A **CONTRATADA** deverá possuir capacidade de realizar os faturamentos separados sejam com os dados do Município ou com os dados de Órgãos da administração indireta o qual poderá realizar a execução orçamentária e financeira diretamente.

**1.6.** As especificações não transcritas integram o **Anexo I - Termo de Referência** - deste Edital conforme sumário abaixo:



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**4. Detalhamento dos Serviços**

**4.2. Planejamento do Projeto**

**4.3. Instalação da Solução**

**4.4. Implantação, Configuração, e Parametrização do Sistema em seus Ambientes de Produção e Homologação**

**4.5. Treinamento**

**4.6. Operação Assistida Pós-Implantação**

**4.7. Manutenção durante toda a vigência contratual**

**4.8. Suporte durante toda a vigência contratual**

**4.9. Especificação dos serviços a serem prestados pelo técnico de infra estrutura on site**

**5. Especificações técnicas**

**5.1. Requisitos não Funcionais, Gerais:**

**5.2. Requisitos não Funcionais de Segurança:**

**6. Especificações de Funcionalidades.**

**1.7. CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1.7.1.** Os licitantes deverão apresentar firmada a Declaração de conhecimento das condições para prestação do serviço objeto do certame, conforme **Anexo I.C**, mesmo que optem em não realizar a visita nas dependências da PJF.

**1.7.2.** Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato, uma vez que será dado acesso à PJF para as empresas interessadas, que poderão entrar em contato através do telefone (32) 3690-7533, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8h30min às 11h30min e 14h30min às 17h30min.

**II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações das unidades participantes conforme informado no **item 17** do **Anexo I** - Termo de Referência.

**III - DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

**3.1.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**3.1.2.** O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.2.** A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

**IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** É vedada a participação de interessados:

**4.1.1.** que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**4.1.2.** que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

**4.1.3.** que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.1.4.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.1.5.** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**4.1.6.** que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**4.1.7.** que estejam reunidas em consórcio;

***Nota Explicativa:** O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.*

*Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).*

*Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).*

## **V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.2.1.** A proposta de preços final deverá seguir o modelo padrão conforme **Anexo I.B** e deverá ser enviada junto à documentação de habilitação.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## **VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total do item;

**6.1.2.** Marca, quando for o caso;

**6.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**6.1.4.** E-mail para fins de comunicação com o proponente.

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.2.1.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**6.2.2.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.2.3.** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

**6.2.4.** Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

**6.2.5.** Nos preços deverão estar incluídos todos os custos de pessoal, transporte, hospedagem, alimentação e demais despesas decorrentes da execução do serviço, ou seja, todos os custos inerentes ao fornecimento, instalação, implantação, treinamento, operação assistida, licença de uso, atualizações, suporte e manutenções do sistema ora objetivado. Bem como os custos da contratação do técnico onsite.

## **VII – DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

**7.1.1.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

**7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:**

**7.2.1.** Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**7.2.2.** Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

**7.2.3.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**7.2.4.** Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

**7.2.4.1.** Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

**7.2.4.2.** Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

**7.2.4.3.** Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

**7.2.4.4.** Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

**7.2.4.5.** E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

**7.2.5.** Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

**7.2.6.** Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

**7.2.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

**7.2.8.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

**7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**7.3.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**7.3.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**7.3.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

**7.3.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

**7.3.4.1.** Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

**7.3.4.2.** Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**7.3.4.2.1.** Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

**7.3.5.** Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**7.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**7.3.7.** A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**7.3.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**7.3.7.2.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

**7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**7.4.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

**7.4.1.1.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

**7.4.1.2.** As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**7.4.1.3.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

**7.4.1.4.** Os documentos relativos ao subitem **7.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

**7.4.2.** A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante o seguinte indicador:

Índice de Solvência Geral (SG) expressado da forma seguinte:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

SG ..... maior ou igual a 1(um)

**7.4.2.1.** O item **7.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

**7.4.3.** Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

**7.4.3.1.** Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

**7.4.3.2.** Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

**7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:**

**7.5.1.** Comprovação do registro ou inscrição da LICITANTE e do (s) responsável (eis) Técnico (s) em Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

**7.5.2.** O (s) atestado (s) ou documento (s) poderá (ão) ser objeto de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, tipificação dos serviços executados, inclusive com verificação dos respectivos expedientes que lhe deram origem, visitas ao local, etc.

**7.5.3.** As certidões de registro de pessoa jurídica no CREA emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de sua autenticidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão ou quando da realização de diligências.

**7.5.4. Requisitos para habilitação técnica:**

**7.5.4.1.** Declaração de disponibilidade de pessoal adequado para a realização dos serviços. Tal declaração deverá indicar a disponibilidade do seguinte (s) profissional (is):

**7.5.4.1.1.** Um engenheiro de telecomunicações ou engenheiro eletricista, indispensável para o fornecimento do objeto do Termo de Referência;

**7.5.4.2.** Caso a LICITANTE não seja a própria fabricante dos equipamentos, deverá anexar declaração da fabricante de ateste que a LICITANTE é revenda autorizada ou distribuidor oficial da fabricante, e que está





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

apta para comercializar os componentes da solução descritos no Termo de Referência, bem como prestar a assistência técnica e garantia da Solução deste edital.

**7.5.4.3.** No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, de que comprove que a empresa proponente forneceu a solução ou upgrade para a solução similares ao objeto desta licitação, inclusive da ferramenta colaborativa de softphone com averbação no CREA. Não serão aceitos protocolos de averbação e/ou registro do CREA.

**7.5.4.4.** Declaração de que dispõe de oficina/laboratório localizado, preferencialmente, em Minas Gerais, com equipamentos e ferramental adequado para reparo das placas (troncos, ramais, etc.).

**7.5.4.5.** Declaração que possui no mínimo 2 técnicos certificados pela Ericsson/Aastra/Mitel, em sistema telefônico MX-ONE TSE V7 e que os mesmos são funcionários da empresa proponente.

**7.5.4.6.** Declaração que possui no mínimo 1 técnico certificado pela Ericsson/Aastra/Mitel, em sistema softphone/ferramenta colaborativa MX-ONE TSE V7 e que os mesmos são funcionários da empresa proponente.

**7.5.4.7.** Declaração que possui no mínimo 2 técnicos certificados pela ALVARION, em equipamentos de rádios ALVARION, instalados na PJF e que os mesmos são funcionários da empresa proponente.

**7.5.4.8.** Declaração de que manterá equipe técnica em Juiz de Fora com seus funcionários ou terceirizados para permanente atendimento aos locais onde estão instalados os equipamentos.

**7.5.4.9.** No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

**7.5.5.** Declaração de conhecimento das condições para prestação do serviço objeto do certame, conforme **Anexo I.C.**

**7.6.** Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

**7.7.** A documentação, na fase pertinente, será examinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

**7.8.** A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**7.9.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

**7.9.1.** se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

**7.9.2.** se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

**7.9.3.** se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

**7.9.4.** serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

**7.9.5.** o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

**7.10.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**8.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

**8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5.1.** O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR GLOBAL** de acordo com o especificado no **Anexo I**.

**8.5.1.1.** *Ao final dos lances, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, deverá ser igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item.*

**8.5.1.2.** *Após aplicação do percentual de desconto, conforme item anterior, o valor total apurado poderá sofrer arredondamento, que será sempre realizado para o valor menor imediato.*

**8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

**8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.19.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.20.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.21.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.22.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.23.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**8.23.1.** no país;

**8.23.2.** por empresas brasileiras;

**8.23.3.** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**8.23.4.** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**8.24.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**8.25.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.25.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.25.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.25.3.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.26.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

**9.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**9.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**9.3.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.4.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**9.5.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

## **X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**10.1.1.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

**10.1.2.** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**10.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**10.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **XI – DO RECURSO**

**11.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

**11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**11.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**11.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## **XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **XIII - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO**

**13.1.** Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

**13.1.1.** A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

**13.2.** Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

**13.2.1.** A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

**13.3.** A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **XIV - DO CONTRATO E DO PRAZO**

**14.1.** O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**14.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**14.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**14.4.** O prazo do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contado a partir da ordem de serviço que será emitida em até **30 (trinta) dias** da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

**14.5.** A ordem de serviço somente poderá ser emitida após a assinatura do contrato correspondente.

**14.6.** O fornecimento, a instalação, a implantação, a migração e o treinamento não poderá ser superior a **90 (noventa) dias**, a partir da data da emissão da ordem de serviço pela **CONTRATANTE**.

**14.7. Termo de recebimento provisório:** Emitir em 5 (cinco) dias após a entrega da solução.

**14.8. Termo de recebimento definitivo:** Emitir em 10 (dez) dias após o recebimento provisório. Salvo se houver alguma inconsistência na implantação detectada pela **CONTRATANTE**, que deverá ser sanada o mais breve possível pela **CONTRATADA**, e somente após a verificação de conformidade pela **CONTRATANTE** é que será emitido o Recebimento definitivo.

**14.9. Do reajuste do contrato:**

**14.9.1.** O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

**14.9.2.** Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005, ou outro em acordo com a legislação pertinente.

**14.9.3.** O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

**14.9.4.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

## **XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**15.1.** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

**15.2.** A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a execução dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao contratado.

**15.2.1.** O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **XVI – INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

### **16.1. INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO**

**16.1.1.** A solução, com todas as suas funcionalidades, bem como seu Banco de Dados, deve estar instalada no *Data Center* da **CONTRATANTE** localizado no 4º andar do edifício sede da PJF, interligando ao DG atual, que se encontra localizado no mesmo edifício no 1º andar, nos ambientes de Produção, Homologação (este último também poderá ser usado como ambiente de treinamento).

**16.1.2.** Todas as interfaces gráficas e documentação de ajuda do sistema informatizado deverão ser



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

disponibilizados preferencialmente em idioma português do Brasil, ou em Inglês incluindo as interfaces de administração e parametrização do referido sistema.

## **16.2. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

DESCRIÇÃO		UNIDADE	QTDE
<b>FASE 01</b>	Instalação da Solução, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação e treinamento.	Serviço	01 (um)
<b>FASE 02</b>	Utilização da Solução, Equipamentos, Manutenções Preventivas, Corretivas, adaptativa e garantia.	Serviço	36 (trinta e seis)
	Técnico de infraestrutura Onsite	Mês	36 (trinta e seis)

## **XVII - DAS OBRIGAÇÕES**

### **17.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**17.1.1.** Receber o objeto do contrato no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**17.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**17.1.3.** Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado fornecido, para que seja reparado ou corrigido.

**17.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 37, de 11 de julho de 2014, que aprova o manual de Gestão e Fiscalização de Contratos a ser utilizado pela Administração Direta, Autarquias e Fundações.

**17.1.5.** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

**17.1.6.** Emitir laudo informando se a Solução apresentada atende a todas as funcionalidades solicitadas no Termo de Referência.

### **17.2. Da Sociedade Empresária Contratada**

**17.2.1.** Fornecer a solução de forma ininterrupta durante todo o tempo de duração do contrato, ficando proibida a expiração do sistema, ou qualquer tipo de redução de funcionalidade, em tempo inferior ao contratado.

**17.2.2.** Manter a **CONTRATANTE** informada sobre as atualizações de versão, release ou revisão de todos os módulos da solução durante a vigência do contrato.

**17.2.3.** Manter os ambientes do sistema (base de dados e sistemas) disponíveis para os usuários, com integridade, medidas de contingência e salvaguarda dos dados, confidencialidade para o sigilo das informações neles contidas, garantindo também o licenciamento de produtos de terceiros (se houverem) e atualizações e manutenções necessárias.

**17.2.4.** Atender dentro dos prazos fixados as ocorrências e problemas nos procedimentos técnicos realizados, após a notificação da **CONTRATANTE**.

**17.2.5.** Assegurar o sigilo de informações e documentos pertencentes à **CONTRATANTE**.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**17.2.6.** Preparar e ministrar o treinamento das equipes técnicas da **CONTRATANTE** quanto ao uso do sistema.

**17.2.7.** Responsabilizar-se pela disponibilização dos ambientes de teste e homologação das aplicações para uso da **CONTRATANTE**.

**17.2.8.** Executar *backup*, mantendo cópias de todos os dados do sistema, fornecendo a **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, *backup* atualizado do banco de dados de produção.

**17.2.9.** Atender ao acordo de níveis de serviço para suporte e manutenção do sistema, conforme constante nos itens **4.7.12.2 e 4.8.2.2** do Termo de Referência.

**17.2.10.** Apresentar a qualquer tempo, documentos e informações solicitadas pela **CONTRATANTE** relativos aos serviços prestados.

**17.2.11.** Manter a matriz de responsabilidades e comunicações entre **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

**17.2.12.** Garantir o atendimento à Legislação para os módulos especificados no objeto.

**17.2.13.** Emitir relatórios mensais visando comprovação dos serviços prestados e atendimento às regras estabelecidas em formato a ser definido pela **CONTRATADA**.

**17.2.14.** Possuir todos os requisitos funcionais classificados como obrigatórios no momento do início da operação do sistema.

**17.2.15.** Em atendimento ao Art. 30 da Lei 8.666/93 em consonância com a Lei 4.769/65, nos casos onde os serviços prestados pelas empresas se enquadrarem no Art. 2º alíneas a e b da Lei 4.769/65 e com o Art. 3º do regulamento aprovado pelo Decreto 61.934/67.

**17.2.16.** A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do certame, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**17.2.17.** Atender as demais condições estabelecidas no contrato.

**17.2.18.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**17.2.19.** Obrigações da **CONTRATADA** além das decorrentes de lei:

- a) manter a continuidade dos serviços, mesmo por ocasião da substituição do pessoal, incluindo afastamentos, greves, férias etc.
- b) fornecer e manter profissionais especializados, executando as atividades nos prazos estabelecidos nos cronogramas entre as partes ajustados.
- c) dirigir, comandar e remunerar seus empregados, assumindo todos os riscos da condição de única empregadora nos termos da Lei, não havendo qualquer vínculo empregatício entre o seu empregado e a PJF.
- d) responder isolada e individualmente por qualquer débito trabalhista, previdenciário, civil ou tributário oriundo do presente instrumento.
- e) fornecer uniformes completos para seus colaboradores.
- f) promover por sua conta todos os exames médicos periódicos, admissionais, demissionais e atendimentos relativos a acidente do trabalho da mão-de-obra sem ônus para a PJF.
- g) A proponente é responsável pela manutenção de todos os equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários aos serviços.
- h) fornecer as ferramentas e instrumentos necessários à execução do presente escopo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

i) prestar os serviços em todas as localidades da PJF onde existam telefones ou ramais instalados. Desta forma a **CONTRATADA** deverá prever eventuais deslocamentos para o atendimento.

**17.2.20..** Responsabilizar-se para que sejam atendidas e executadas, rigorosamente, todas as exigências e especificações do Anexo I - Termo de Referência.

## XVIII – DAS PENALIDADES

**18.1.** Os casos de inexecução do objeto deste **edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**18.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**18.2.1.** Entende-se por autoridade competente a STDA, secretaria da administração direta da **CONTRATANTE**.

**18.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**18.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

**18.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**18.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**18.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**18.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**18.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## **XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

**19.1.** O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

**19.2.** Deverão estar incluídos no preço, todos os custos de pessoal, transporte, hospedagem, alimentação e demais despesas decorrentes da execução do serviço, ou seja, todos os custos inerentes ao fornecimento, instalação, implantação, treinamento, operação assistida, licença de uso, atualizações, suporte e manutenções do sistema ora objetivado. Bem como os custos da contratação do técnico onsite.

**19.2.1.** No valor mensal, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, transporte de qualquer natureza, hospedagens, alimentação, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, substituição de peças/componentes e suprimentos necessários e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento da obrigação.

**19.3.** O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

**BANCO:** ..... **AGÊNCIA:** ..... **CONTA CORRENTE:** ..... **LOCALIDADE:** .....

**19.3.1.** Para prestação do serviço **Instalação da Solução, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação e treinamento**, o pagamento será realizado mensalmente, em até **30 (trinta) dias** contados a partir da data do aceite provisório.

**19.3.2.** Para **Utilização da Solução, Equipamentos, Manutenções Preventivas, Corretivas, adaptativa e garantia e os serviços técnicos de infraestrutura Onsite**, o pagamento será realizado mensalmente, em até **30 (trinta) dias** contados a partir da emissão da ordem de serviço para a primeira nota e posteriormente a cada 30 dias.

**19.4.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

**19.4.1.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital e contrato, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

**19.4.2.** A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

**19.4.3.** Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**19.4.4.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**19.5.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**19.5.1.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.



#### **PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**19.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**19.7.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**19.8.** No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

**19.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**19.10.** Com relação ao recolhimento de tributos na fonte sobre a prestação dos serviços descritos no Termo de Referência, há incidência de retenção na fonte de IRRF e o ISSQN é devido no local de prestação dos serviços.

**19.11.** A **CONTRATADA** deve ter condições de fracionar o valor total mensal da locação em várias Notas Fiscais para órgãos específicos da Prefeitura, sendo o número de notas fiscais, o nome dos órgãos e respectivos dados definidos pela Prefeitura de Juiz de Fora após a conclusão do procedimento licitatório, os quais serão informados à contratada.

**19.12.** A **CONTRATADA** poderá iniciar o faturamento somente após a emissão do Termo de recebimento provisório.

### **XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

**20.1.1.** não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**20.1.2.** não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

**20.1.3.** apresentar documentação falsa;

**20.1.4.** deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**20.1.5.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**20.1.6.** não mantiver a proposta;

**20.1.7.** cometer fraude fiscal;

**20.1.8.** comportar-se de modo inidôneo;

**20.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**20.3.** O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**20.3.1.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;





**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**20.3.2.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**20.3.3.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

**20.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**20.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**20.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**20.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

**21.1.** Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

**21.1.1.** A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

**21.1.2.** Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

## **XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

**22.2.** A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM** e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

**22.3.** Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

**22.4.** O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**22.5.** Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**22.6.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

**22.7.** É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

**22.7.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**22.7.2.** Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

**22.7.3.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

**22.8.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**22.9.** O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**22.10.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.11.** No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

**22.12.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**22.13.** Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

**22.14.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.15.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF//SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

**22.16.** O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

**22.17.** Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado.

Anexo I.A - Descrição das Características do Sistema Atual (MXONE v3.2)

Anexo I.B - Modelo da Proposta Comercial

Anexo I.C - Modelo de Declaração de Conhecimento

Anexo I.D - Detalhamento das Localidades de Instalação (*em planilha anexa*)

Anexo II – Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo IV - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 066/2022 - PJF**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 5.366/2022**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO**

**1. JUSTIFICATIVA**

O presente documento tem o objetivo de definir as características técnicas para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de centrais telefônicas modelo MX-ONE para realização de atualização de Software e Hardware na central telefônica de propriedade da Prefeitura de Juiz de Fora, provendo capacidade de operar de maneira híbrida usando sistema convencional de telefonia e de Voz sobre IP (VOIP), incluindo aplicação de *Softphone*, com técnico de infraestrutura (onsite).

A Subsecretaria de Governança Digital da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa após a reforma administrativa ocorrida no início de 2021 passou a ser responsável pelo serviço de telefonia da PJF, através da Supervisão de Infraestrutura.

O serviço de telefonia da PJF fornece duas modalidades de telefonia fixa aos clientes internos, a saber:

- Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC);
- Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade Ramais Virtuais (RVI).

Este último serviço é atendido por sociedades empresária, que recentemente comunicou a Prefeitura que está descontinuando o serviço, renovando o contrato existente por um período de 6 meses.

Uma vez que os serviços de ramais virtuais deixarem de ser oferecidos, a opção mais econômica é migrar para a tecnologia VOIP, que eliminará o custo das ligações internas da PJF e poderá proporcionar uma melhora no atendimento às UG's podendo disponibilizar mais ramais para comunicação interna e ampliação da comunicação com o cidadão de Juiz de Fora.

Por se tratar de tecnologia IP, também se beneficiará utilizando a infraestrutura de redes da PJF já existente.

Além do fato da PJF já possuir uma central telefônica que opera no formato convencional a atualização é uma opção mais econômica que a compra de uma nova solução, sendo possível preservar todo o investimento que foi feito quando da aquisição da central atual e também possibilitar a utilização dos aparelhos telefônicos convencionais que a PJF possui hoje, demandando menor investimento imediato em aparelhos Ips.

Adicionalmente a atualização da central possibilita oferecer novos serviços internamente, melhorando a comunicação entre os órgãos e possibilitando agilidade no atendimento ao cidadão. Será possível também a implantação e utilização da plataforma de softphone, que permite entre outras facilidades, entregar chamadas telefônicas num dispositivo móvel ou computador, sem a necessidade de aparelhos. Podendo inclusive criar sala de conferência entre membros de um determinado grupo.

Não menos importante, com realização do upgrade no PABX atual para a nova versão a PJF entende que a Solução é o conjunto dos equipamentos existentes com a nova implantação. Visando a economicidade, este TR contempla a manutenção da solução como um todo, isto é, a manutenção como é realizada atualmente, será cancelado após a conclusão do processo de upgrade, quando do aceite definitivo.

**2. DAS FINALIDADES**

Os resultados esperados pela STDA na atualização da Central Telefônica MX-ONE TSE V3.2 para a versão 7 ou superior, é ser capaz de prover serviços de telefonia de forma híbrida, isto é, no formato STFC e VOIP.

A Prefeitura possui uma rede MAN, Serviço de Comutação Multimídia modalidade VPN, com acesso à internet em 177 localidades distribuídas geograficamente no território do município, incluindo o prédio sede, o que facilitará a distribuição de ramais IPs nessas localidades, sendo possível a segmentação lógica dos roteadores a fim de implementar políticas de dados e de voz (Qos).

**3. OBJETO**



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**3.1.** Contratação de pessoa jurídica especializada no **fornecimento de centrais telefônicas modelo MX-ONE para realização de atualização de Software e Hardware da central telefônica de propriedade da Prefeitura de Juiz de Fora, provendo capacidade de operar de maneira híbrida usando sistema convencional de telefonia (STFC) e de Voz sobre IP (VOIP), incluindo aplicação de Softphone compreendendo upgrade, instalação, configuração, treinamento, suporte, garantia e manutenção, com técnico de infraestrutura (onsite) pelo prazo de 36 meses em regime de Leasing.**

**3.2.** A **CONTRATANTE** pagará valores mensais e consecutivos referente a Solução e sua manutenção, a qual a **CONTRATADA** dará plena quitação ao final do contrato, passando a solução ser patrimônio definitivo da PJF.

**3.3.** A **CONTRATANTE** pagará valores mensais e consecutivos à **CONTRATADA** referente ao técnico de infraestrutura (*onsite*).

**3.4.** Deverão estar inclusos todos os equipamentos, softwares e suas respectivas licenças e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento do sistema.

**3.5.** O objeto licitado atenderá a toda a Prefeitura de Juiz de Fora, conforme o detalhamento deste Termo de Referência. A **CONTRATADA** deverá possuir capacidade de realizar os faturamentos separados sejam com os dados do Município ou com os dados de Órgãos da administração indireta o qual poderá realizar a execução orçamentária e financeira diretamente.

#### **4. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** Os serviços e sistema a serem fornecidos pela **CONTRATADA** serão divididos em três categorias:

**4.1.1. Serviços de Prestação Instantânea:** Planejamento do projeto, instalação do sistema, implantação, configuração, treinamento, parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação e operação assistida.

**4.1.2. Licenciamento:** Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte.

**4.1.3. Serviços de Prestação Continuada:** Suporte durante a vigência contratual e Técnico de Infraestrutura Onsite para manutenção e serviços.

#### **4.2. PLANEJAMENTO DO PROJETO**

**4.2.1.** A **CONTRATADA** deverá prestar serviços de manutenção da solução com os valores inclusos, durante o período de vigência do contrato, de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência.

**4.2.2.** Em nenhuma hipótese a atualização da Central poderá interferir no funcionamento regular do sistema existente. Havendo necessidade de realizar alguma intervenção em que seja necessária paralisação dos sistemas, deverá haver comunicação prévia ao gestor do contrato, e planejamento para a execução afetar o menor número de usuários possível.

**4.2.3.** As manutenções serão PREVENTIVAS, CORRETIVAS e ADAPTATIVAS na solução, com substituição e emprego de todas as peças/componentes e acessórios que compõem o equipamento ocorrerão sem nenhum ônus adicional para **CONTRATANTE** além do valor mensal a ser pago a **CONTRATADA**. As manutenções visam o restabelecimento do funcionamento da solução, quando da ocorrência de qualquer falha, independentemente da causa que originou o defeito.

**4.2.4.** As peças, partes, componentes e outros materiais necessários às substituições das defeituosas, devem ser originais, novas, sem uso anterior de mesma tecnologia ou de tecnologia superior, admitindo-se a substituição por similar de mesma qualidade apenas quando a **CONTRATADA** justificar previamente por escrito, sendo a fundamentação aceita pela **CONTRATANTE**. A PJF não aceitará instalação de componentes remanufaturados (*refurbished*).



## PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**4.2.5.** Havendo possibilidade de conserto de qualquer componente da solução, este deverá ser enviado para o laboratório da **CONTRATADA** quando esta deverá manter por empréstimo outro componente com características idênticas ou superiores, durante o período de reparos. Caso haja a constatação que o componente não possa ser reparado, a **CONTRATADA** deverá encaminhar laudo para a PJF informando o motivo, e mantendo a substituição temporária em definitivo do componente em questão.

**4.2.6.** O bem retirado para a oficina da **CONTRATADA** deverá ser devolvido, em perfeitas condições de uso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Em casos excepcionais, mediante justificativa formal da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá autorizar a prorrogação do referido prazo, por escrito.

**4.2.7.** A garantia não cobrirá fatores como anormalidades climáticas e/ou atmosféricas, incêndio, furto ou extravio de peças. Neste caso a reposição por parte da **CONTRATADA** terá caráter temporário até que o **CONTRATANTE** adquira o item definitivamente.

**4.2.8.** Dispor de estrutura local de atendimento na cidade Juiz de Fora, com no mínimo um técnico com registro válido no CREA-MG. A **CONTRATADA** deverá comprovar este registro atualizado.

**4.2.9.** Prestar assistência e suporte técnico na solução, podendo ser preventiva, corretiva ou adaptativa, incluindo a substituição de peças danificadas, de acordo com o contrato assinado entre as partes, sem ônus adicional a **CONTRATANTE**.

**4.2.10.** No valor mensal, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, transporte de qualquer natureza, hospedagens, alimentação, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, substituição de peças/componentes e suprimentos necessários e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento da obrigação.

**4.2.11.** A **CONTRATADA** deverá notificar por escrito a Prefeitura de Juiz de Fora sobre as condições inadequadas de funcionamento do equipamento, principalmente em relação às instalações elétricas, aterramentos, riscos de danos por descargas atmosféricas e outras condições que possam prejudicar o correto funcionamento do equipamento.

**4.2.12.** Para assegurar rápida recuperação do sistema, a **CONTRATADA** deverá manter estocados, em Juiz de Fora, os componentes mínimos para substituição caso necessário reestabelecimento do funcionamento regular do sistema.

**4.2.13.** A **CONTRATADA** deverá fornecer todas as ferramentas de trabalho e EPI's para seus técnicos (chave de fenda, desencapador, enrolador, soldador, instrumentos de medição, equipamentos de proteção individual, softwares de diagnósticos etc.).

### 4.3. INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO

**4.3.1.** A solução, com todas as suas funcionalidades, bem como seu Banco de Dados, deve estar instalada no *Data Center* da **CONTRATANTE** localizado no 4º andar do edifício sede da PJF, interligando ao DG atual, que se encontra localizado no mesmo edifício no 1º andar, nos ambientes de Produção, Homologação (este último também poderá ser usado como ambiente de treinamento).

**4.3.2.** Todas as interfaces gráficas e documentação de ajuda do sistema informatizado deverão ser disponibilizados preferencialmente em idioma português do Brasil, ou em Inglês incluindo as interfaces de administração e parametrização do referido sistema.

### 4.4. IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, E PARAMETRIZAÇÃO DO SISTEMA EM SEUS AMBIENTES DE PRODUÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**4.4.1.** Fica a cargo da **CONTRATADA** realizar todas as configurações, customizações e parametrizações do sistema, nos respectivos ambientes, para que o sistema se mantenha atualizado, conforme padrões e





restrições estabelecidos pela PJF.

**4.4.2.** A **CONTRATADA** deverá prover o fornecimento, instalação, configurações, treinamentos e testes no prazo máximo de **90 (noventa) dias** corridos a partir da emissão da ordem de serviço pela Prefeitura de Juiz de Fora.

**4.4.3.** A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, disponibilizar ambiente de homologação (testes, homologações e treinamento) para os usuários (Servidores municipais) durante toda vigência contratual.

#### **4.5. TREINAMENTO**

**4.5.1.** Após a implantação da solução a sociedade empresária **CONTRATADA** será responsável pelo treinamento inicial dos usuários, sendo acordado previamente local, datas e horários para realização dos treinamentos.

**4.5.2.** Enquanto durar o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e o Decreto Municipal nº 13.920, de 07 de abril de 2020 os treinamentos devem ocorrer de forma prioritária no formato de Ensino a Distância – EAD.

**4.5.3.** A **CONTRATADA** deverá definir o conteúdo programático e o quantitativo do treinamento necessário à capacitação e transferência de conhecimento ao público-alvo, fixando a carga horária e o número de encontros, considerando as funcionalidades descritas neste documento, assim como a complexidade do sistema por ela oferecido, e a experiência de seus instrutores, de forma a poder fornecer um treinamento eficaz e de qualidade ao público-alvo a ser definido pela **CONTRATANTE**.

**4.5.4.** O treinamento deverá ser baseado no uso prático do sistema, utilizando uma base de dados de testes que permita a entrada de dados, a análise e visualização de todas as funcionalidades.

**4.5.5.** Os treinamentos devem ser concluídos em até **05 (cinco)** dias antes do início da produção, podendo ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**.

**4.5.6.** A infraestrutura física, caso necessária, (sala, equipamentos, projetor, etc.) será de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

**4.5.7.** Toda despesa decorrente dos treinamentos (instrutores, elaboração do material didático, deslocamento, alimentação e hospedagem dos instrutores, etc.) será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

**4.5.8.** Os instrutores deverão ser altamente capacitados, conhecer toda a solução sistema e possuir experiência prática de utilização do mesmo. Será obrigatória a apresentação do certificado dos instrutores, atestando sua capacitação em data anterior ao início do treinamento.

**4.5.9.** A **CONTRATADA** deverá promover novos treinamentos nos mesmos moldes do previsto nas cláusulas **4.4.2** e **4.4.3**, sempre que forem realizados ajustes relevantes no software que alterem operacionalmente funcionalidades preexistentes ou acrescentem funcionalidades novas.

**4.5.10.** O treinamento deverá ser avaliado de forma que comprove a sua eficácia, seja por realização de provas e testes em ambiente digital, seja por emissão de certificado.

#### **4.6. OPERAÇÃO ASSISTIDA PÓS-IMPLANTAÇÃO**

**4.6.1.** A operação assistida consiste na orientação e acompanhamento *in loco* dos profissionais das Unidades Gestoras da PJF na fase inicial da utilização do sistema no ambiente de produção.

**4.6.2.** A **CONTRATADA** deverá apresentar plano de trabalho para a operação assistida, contemplando a quantidade de dias, horas, locais, cronograma e o número de profissionais envolvidos para a aprovação dos Gestores do Contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**4.6.3.** A operação assistida será iniciada a partir da data de início de operação em produção do sistema e deverá ser prestada durante no mínimo **30 (trinta) dias**.

**4.6.4.** Durante este período, a **CONTRATADA** deverá prover aos usuários do sistema suporte funcional e técnico na sua operação.

**4.6.5.** Entende-se por suporte funcional e técnico, a correção de todo e qualquer erro que seja detectado no sistema e nas rotinas e *interfaces* implementadas pela **CONTRATADA**.

**4.6.6.** A **CONTRATADA** deverá semanalmente, e ao fim da operação assistida, elaborar relatórios com a descrição das atividades desenvolvidas.

#### **4.7. MANUTENÇÃO DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**4.7.1.** Os serviços de manutenção abrangem serviços técnicos para o sistema e seu ambiente feito por meio telefônico, e-mail (ou outras formas a serem acordadas) e presencial para questões como implantação, atualizações e correções, sendo este um caso a ser acordado junto aos Gestores do Contrato. Se for necessário o deslocamento de especialistas para as instalações da **CONTRATANTE**, estas despesas ficarão a cargo da **CONTRATADA**, de igual forma para as questões relativas à implantação, atualizações e treinamentos.

**4.7.2.** As manutenções poderão ser realizadas por acesso remoto, liberados junto à Supervisão de Segurança da Informação (SSEG/DIEST).

**4.7.3.** Os serviços relativos as manutenções preventivas poderão ser executadas por ocasião de uma visita de manutenção corretiva (local), após a solução que ensejou a abertura de chamados para a manutenção corretiva.

##### **4.7.4. Manutenção Preventiva:**

**4.7.4.1.** Intervenção planejada, ou seja, prevista, preparada e programada em datas previamente definidas.

**4.7.4.2.** Para os serviços de manutenção preventiva o regime de trabalho será de 08 (oito) horas por dia, 05 (cinco) dias por semana, estabelecidas em cronograma pré-definido somente em horário comercial.

**4.7.4.3.** A Manutenção Preventiva deverá ser feita por meio de visitas periódicas, seguindo o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), Cronograma e Checklist de atividades conforme consta a seguir:

a) os itens do PMOC deverão abranger o Checklist (quadro abaixo). Caso contrário, a ausência de qualquer um dos pontos deverá ser devidamente justificado por meio de ofício enviado à **CONTRATANTE** com embasamento técnico que justifique sua ausência.

b) No caso de haver indicação expressa do fabricante quanto a manutenção preventiva de algum item que não está incluído no quadro constante neste Termo de Referência, a **CONTRATADA**, deverá informar a **CONTRATANTE** e inserir o (s) item (ns) no Checklist. A ausência de inclusão no Checklist e a não realização da manutenção de itens recomendados pelo fabricante, serão enquadrados no **item 7.1**. Se causado algum dano à Administração Pública pela **CONTRATADA**, esta deverá ressarcir o erário, sem prejuízo das penalidades previstas no **item 7**.

c) Os itens do PMOC e o cronograma das atividades, constando os dias em que serão realizadas as visitas deverão ser enviadas à **CONTRATANTE** em até 20 (vinte) dias após a emissão da ordem de serviço.

d) Em cada evento e/ou mês de competência, deverá ser elaborado um RAT (Relatório de Atendimento Técnico) juntamente com o RMP (Roteiro de Manutenção Preventiva) que deverá ser enviado juntamente com as faturas ao Gestor do Contrato.



CHECKLIST DE ATIVIDADES E PERIODICIDADE		
Subsistema	Atividades	Visitas/ano - Por site
ARQUITETURA		
Gabinetes	Inspeção do estado geral de sua estrutura.	12 (doze) visitas
	Limpeza interna.	
	Verificações de vedação e substituição se necessário.	
	Ajustes gerais.	
	Verificação de sua integridade.	
	Verificação de conexões físicas dos cabeamentos	
	Checagem das conexões dos slots	
ELÉTRICA		
Retificador e Banco de Baterias	Verificação da tensão, frequência e corrente de entrada e saída.	06 (seis) visitas
	Limpeza externa.	
	Verificar vazamento de baterias.	
	Reaperto de conexões.	
SERVIDORES DE APLICAÇÕES		
CPU'S	Verificação do funcionamento	06 (seis) visitas
	Limpeza interna, incluindo coolers	
	Verificação das conexões lógicas e elétricas, incluindo fonte, memórias e Discos.	
	Ajustes gerais.	
	Inspeção do estado geral e funcionamento.	

#### 4.7.5. Manutenção corretiva:

A resolução dos problemas eventualmente identificados como decorrentes de funcionamento inadequado da Solução, serão **SEM ÔNUS** para a **CONTRATANTE**, em um prazo variável conforme descrito no item **4.7.12.2 e 4.8.2.2**, estipulados em função da complexidade da manutenção, a critério dos Gestores do Contrato, a saber:

**4.7.5.1.** A manutenção corretiva será solicitada por e-mail, telefone ou por sistema disponibilizado pela **CONTRATADA** para abertura de chamados visando a correção de falhas na solução, colocando-o em plenas condições de operação;

**4.7.5.2.** O serviço de atendimento da **CONTRATADA** deverá informar a **CONTRATANTE** o nº de protocolo de atendimento, bem como a data e hora e o prazo para conclusão dos reparos;

**4.7.5.3.** Decorrido o prazo para correção de defeitos ou outras ocorrências técnicas e persistindo o defeito no



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

equipamento, a **CONTRATADA** deverá instalar imediatamente o equipamento de reserva, de sua propriedade;

**4.7.5.4.** Posteriormente à execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá preencher um relatório de assistência técnica em duas vias, ficando uma com a **CONTRATANTE**;

**4.7.5.5.** Em cada chamada para a manutenção corretiva, a **CONTRATADA** deverá proceder a uma revisão geral no equipamento, submetido aos serviços específicos deste tipo de manutenção fazendo recomendações para prevenção de defeitos, se houver;

**4.7.5.6.** Os atendimentos emergenciais serão considerados no caso das seguintes avarias: Parada total do sistema; o sistema não recebe não origina chamadas internas e/ ou externas, paralisação maior ou igual à 50 % por tipos de portas do sistema (ramais/Troncos/Junções) e/ ou paralisação total.

**4.7.5.7.** Reconfiguração do sistema, mediante solicitação dos responsáveis pelo sistema, indicados pela **CONTRATANTE**, para alteração de parâmetros que não se enquadrem como manutenção adaptativa.

**4.7.5.8.** Aparelhos telefônicos: A contratada deverá dar manutenção com cobertura de peças em todos os aparelhos digitais, analógicos e aparelhos Ip's da Central Telefônica MXONE existente na Prefeitura de Juiz de Fora.

**4.7.6. Manutenção adaptativa:**

Alteração de funções do sistema ou implementações de novas funções que venham a ser necessárias em decorrência de fatos novos conjunturais ou mudanças na legislação que envolve as funcionalidades do sistema, em prazo a ser definido pelos Gestores do Contrato de comum acordo com a **CONTRATADA** e **SEM ÔNUS** para a **CONTRATANTE**.

Abaixo listamos tipos mais comuns de manutenções adaptativas (reconfigurações/programações):

- a) ativação ou exclusão de ramais analógicos e digitais e de troncos analógicos;
- b) alteração de parâmetros de ramais;
- c) programação de teclas de ramais digitais;
- d) criação e alteração de grupos chefe-secretária;
- e) criação, alteração ou exclusão de grupos de captura e grupos de busca;
- f) criação e exclusão de códigos de autorização telefônicos para ramais;
- g) programação de redirecionamento de chamadas;
- h) programação de números abreviados comuns e individuais;
- i) manutenção de tabela de discriminação de chamadas criação, alteração e exclusão de rotas;
- j) atualização da data e hora do sistema;
- k) ativação de medições de tráfego;
- l) atualizar dados do E/S (entrada e saída).

**4.7.7.** Outras programações que se fizerem necessárias durante a vigência do contrato, ainda que não citadas especificamente neste rol, deverão ser executadas pela **CONTRATADA**, desde que solicitadas pela **CONTRATANTE**.

**4.7.8.** Entre as atividades de programação da Central Telefônica incluída no escopo deste **CONTRATO** está a alteração de todos os números de ramais DDR, com todos os ajustes necessários caso a **CONTRATANTE** troque de operadora de telefonia a qualquer tempo.

**4.7.9.** A **CONTRATADA** deverá efetuar os serviços sem custo para a **CONTRATANTE**, quando formalmente solicitada.

**4.7.10. Assessoria técnica**



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

Os trabalhos de assessoria técnica têm por objetivo atividades complementares às ações de manutenção preventiva e corretiva da **CONTRATADA**, constituem-se em elaboração de:

- a) projetos e estudos de melhoria e modernização, consistindo em apresentar a Unidade Requisitante novos equipamentos ou softwares que possam trazer ganhos no desempenho do sistema, e em especificar e detalhar os materiais;
- b) Soluções técnicas para interligar a Central Privativa de Comutação Telefônica às redes das operadoras de telefonia e dados.
- c) parâmetros de recebimento técnico de materiais e de acompanhamento de serviços.

**4.7.11. Serviços de manutenção:**

**4.7.11.1.** As solicitações de manutenção corretivas e adaptativas devem ser respondidas, como parte do atendimento técnico, dentro de 02 (duas) horas em horário comercial, para o estabelecimento do prazo de execução das manutenções solicitadas devendo ser este acordado junto aos Gestores do Contrato, conforme as descrições do item **4.7.12.2** e **4.8.2.2**.

**4.7.11.2.** As respostas poderão ser feitas via meio eletrônico, com confirmação de recebimento, porém registrando-se em sistema da **CONTRATADA** para o controle de aferições, ou mesmo fazendo diretamente sobre este sistema. Caso o sistema de controle e registro de chamadas de manutenção apresentado pela **CONTRATADA** não atenda todos os requisitos da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** terá o prazo de até **60 (sessenta) dias** para as adequações necessárias após a **CONTRATANTE** descrever as especificações a serem desenvolvidas pela **CONTRATADA**. Caso o prazo não seja cumprido, a **CONTRATADA** sofrerá as sanções previstas contratualmente.

**4.7.12. Níveis de acordo de serviços de manutenção**

**4.7.12.1.** As definições dos prazos de execução deverão ser aceitas pela **CONTRATADA** dentro de um prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**. Para a execução da manutenção deve ser verificado junto aos Gestores do Contrato o momento apropriado para iniciar sua execução, considerando as peculiaridades do serviço e os impactos para o negócio.

**4.7.12.2.** Para todos os casos, a tabela a seguir apresenta os prazos para manutenções segundo a complexidade e criticidade envolvidas. Nos casos omissos, os Gestores do Contrato sempre deverão ser consultados para aceite dos prazos a serem considerados.

<b>Grau de Complexidade</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo de resposta</b>	<b>Prazo de solução</b>
<b>Baixa</b>	Fácil resolução que não envolva mudanças significativas para a estrutura do sistema ou interface do sistema, ou processos estabelecidos.	2 (duas) horas.	2 (dois) dias úteis.
<b>Média</b>	Mudanças sobre a estrutura ou na interface que não causem paralisações ou mudanças de procedimentos.	2 (duas) horas.	5 (cinco) dias corridos.
<b>Alta</b>	Para manutenções de alta complexidade que envolva a paralisação dos serviços ou mudanças significativas para os usuários.	2 (duas) horas.	A ser acordado junto aos Gestores do Contrato.

**4.7.13. Exceções a regras de serviços de manutenção**



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Como exceção à regra, deverão ser consideradas manutenções cujo impacto sobre o negócio seja de grande vulto ou ainda uma questão estratégica para a Prefeitura de Juiz de Fora, e também manutenções indicadas preventivamente, como atualizações, ajustes, etc., das quais serão necessários aceites, homologação e testes, podendo também ser necessário treinamento. Para tais situações deverá ser elaborado um cronograma e acordado junto aos Gestores do Contrato sendo consideradas como fora dos prazos mencionados no subitem anterior.

#### 4.8. SUPORTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL

##### 4.8.1. Suporte técnico remoto ou presencial

Consiste em esclarecimentos de dúvidas, ajustes em configurações do sistema, solução de erros e problemas operacionais, atualização de versões e outros semelhantes seguindo o nível de acordo de serviços, estabelecido nos itens abaixo.

##### 4.8.2. Níveis de acordo de serviços para o suporte técnico remoto ou presencial

A **CONTRATADA** deve manter portal, via internet, para suporte, incluindo-se o acesso para contatos técnicos e para registros de incidentes, além de documentação pertinente com informações sobre o sistema. Além disso, o suporte telefônico ao sistema deve atender a padrões mínimos de respostas/solução, conforme a seguir:

###### 4.8.2.1. Suporte

De segunda a sexta-feira, com horário mínimo de 08h às 19h de suporte telefônico. O número de telefone correspondente deverá ser indicado no Portal de Suporte e formalmente informado à **CONTRATANTE**. Este nível de suporte deve permitir que a solução possa ocorrer sem prejuízo do trabalho, mediante o uso de ação contingencial.

###### 4.8.2.2. Expectativas de Serviço

As seguintes severidades de suporte serão utilizadas para a classificação dos problemas sistêmicos.

<b>Grau de Severidade</b>	<b>Crise:</b> casos para os quais ocorra a descontinuidade dos serviços.	<b>Crítico:</b> Casos em que seja detectada falha que impeça o uso do sistema ou erro que impossibilite o uso.	<b>Standard:</b> Ajustes e correções em que possam ser utilizadas contingências.
<b>Tempo de resposta</b>	15 (quinze) minutos: retorno telefônico ou eletrônico.	01 (uma) hora: Retorno telefônico ou eletrônico.	02 (duas) horas: Retorno telefônico ou eletrônico.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

<b>Medida de resposta</b>	É feita uma estimativa de tempo para a correção do erro no qual os Gestores do Contrato são informados do prazo de correção (o esforço empregado é o máximo possível), com retorno das atividades dentro de até 02 (duas) horas.	É feita uma estimativa de tempo para a correção do erro na qual os Gestores do Contrato são informados do prazo de correção ou ajustes necessários, com retorno das atividades dentro de 12 (doze) horas.	É feita uma estimativa de tempo para a correção ou ajuste em que uma medida de contingência é aplicada permitindo o trabalho sem interrupção.  Informação sobre as medidas que resolverão o problema, ou a própria resolução deverão ser finalizada em até 48 (quarenta e oito) horas.
---------------------------	--	---	--

#### **4.9. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS PELO TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA ON SITE**

**4.9.1.** Os serviços serão prestados localmente por 01 (um) Técnico da **CONTRATADA**, nas dependências da Prefeitura de Juiz de Fora com perfil técnico especializado de infraestrutura. O profissional será responsável por prestar suporte aos usuários de telefonia em atividades de manutenção de redes de telefonia e lógicas. A Manutenção se caracterizará pelas seguintes atividades On Site em regime 8x5 (5 dias na semana 8 horas por dia):

- 4.9.1.1.** Manutenção dos distribuidores, caixas de passagem, blocos, cabos, conectores e demais acessórios do cabling de telefonia;
- 4.9.1.2.** Instalação física de aparelhos analógicos, digitais, IP'S e switches se necessários;
- 4.9.1.3.** Atendimento local aos usuários de Telecom;
- 4.9.1.4.** Elaboração e atualização de inventário da rede cabeada de telefonia;
- 4.9.1.5.** Remanejamento, ativação e desativação de até 04 pontos de voz diários, não cumulativos, em infraestrutura já existente e dentro do horário de atendimento, através de manobras de jumpers ou path cords;
- 4.9.1.6.** Acionamento, acompanhamento e encerramento de chamados via sistema disponibilizado pela PJJ, referentes à instalação, reparos e serviços técnicos.
- 4.9.1.7.** Suporte em manutenções emergenciais e/ou programadas;
- 4.9.1.8.** Apontar Melhorias e adequações a serem aplicadas;
- 4.9.1.9.** Verificar Conectores dos Cabos de interligação Rack;
- 4.9.1.10.** Verificação das conexões de cabos e conectores.

#### **4.9.2. Perfil do profissional:**

- 4.9.2.1.** Escolaridade mínima ensino médio e Curso técnico eletrônica ou eletrotécnica.
- 4.9.2.2.** Realizar a instalação de sistema de telefonia.
- 4.9.2.3.** Verificar o funcionamento dos equipamentos instalados visando detectar falhas, executar reparos e substituir peças.
- 4.9.2.4.** Lançamento de cabos, instalações de telefonia e redes, realizar testes.
- 4.9.2.5.** Conhecimento em manutenção, instalação e programação de PABX Ericsson/Aastra/Mitel;
- 4.9.2.6.** Executar acompanhamento dos chamados no sistema para atendimento aos clientes internos da PJJ.
- 4.9.2.7.** Conhecimentos básicos de trabalho com eletricidade NR10– baixa tensão;
- 4.9.2.8.** Experiência mínima de 1 (um) ano nas atividades à serem desenvolvidas, possuir certificados técnicos relacionados.
- 4.9.2.9.** Conhecimentos básicos de redes de computadores:
  - 4.9.2.9.1.** Crimpagem de cabos Cat 5e e Cat 6e;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**4.9.2.9.2.** Crivagem de tomadas e Patch Panel Cat 5e e Cat 6e;

**4.9.2.9.3.** Endereçamento IP;

**4.9.2.9.4.** Interligação Ponto/Cabo/Patch Panel/Switch.

**4.9.3.** Obrigações da **CONTRATADA** além das decorrentes de lei:

- a) manter a continuidade dos serviços, mesmo por ocasião da substituição do pessoal, incluindo afastamentos, greves, férias etc.
- b) fornecer e manter profissionais especializados, executando as atividades nos prazos estabelecidos nos cronogramas entre as partes ajustados.
- c) dirigir, comandar e remunerar seus empregados, assumindo todos os riscos da condição de única empregadora nos termos da Lei, não havendo qualquer vínculo empregatício entre o seu empregado e a PJF.
- d) responder isolada e individualmente por qualquer débito trabalhista, previdenciário, civil ou tributário oriundo do presente instrumento.
- e) fornecer uniformes completos para seus colaboradores.
- f) promover por sua conta todos os exames médicos periódicos, admissionais, demissionais e atendimentos relativos a acidente do trabalho da mão-de-obra sem ônus para a PJF.
- g) A proponente é responsável pela manutenção de todos os equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários aos serviços.
- h) fornecer as ferramentas e instrumentos necessários à execução do presente escopo.
- i) os serviços serão prestados em todas as localidades da PJF onde existam telefones ou ramais instalados. Desta forma a **CONTRATADA** deverá prever eventuais deslocamentos para o atendimento.

**4.9.4.** Os serviços que serão prestados pelo técnico de infraestrutura não se confundem com os serviços de manutenção preventiva, corretiva e adaptativa. Este profissional deverá realizar atividades relacionadas no item anterior. Podendo prestar auxílio a equipe técnica remota em casos de emergência, para realizar verificações iniciais no sistema, a fim de apoiar o reestabelecimento dos serviços.

**4.9.5.** A **CONTRATADA** deverá apresentar o curriculum do profissional para avaliação e aprovação, antes do início das atividades.

## **5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **5.1. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS, GERAIS:**

**5.1.1.** A Solução deve ser de propriedade da **CONTRATADA**, ou esta ser representante autorizada do fabricante, não podendo a licitante participar do certame com solução que não lhe pertença ou não represente, sendo a vencedora a única pessoa jurídica a prestar os serviços constantes no objeto do contrato. Será facultado a empresa solicitar formalmente a PJF a subcontratação do técnico de suporte atendimento local, na cidade de Juiz de Fora, obedecendo toda e qualquer diretriz apontada neste Termo de Referência. A responsabilidade da subcontratação, caso aprovada, será da **CONTRATADA** e não gera nenhum compromisso contratual ou empregatício com a Prefeitura de Juiz de Fora.

**5.1.2.** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar atendimento de suporte via Web e por telefone aos servidores das Unidades Gestoras da PJF.

**5.1.3.** A solução oferecida à Prefeitura, deverá ser nova de primeiro uso, sem ter sido utilizada para instalação de testes em outro local.

**5.1.4.** A solução oferecida será de total propriedade da Prefeitura findado o período de 36 meses, após quitado todas as parcelas mensais.

**5.1.5.** No caso de a **CONTRATADA** ou sua representada lançar uma nova versão do sistema que controla a solução, no período de 1 (um) ano após a assinatura do contrato, a Prefeitura de Juiz de Fora terá direito de receber a atualização desta nova versão sem nenhum ônus.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**5.1.6.** Todos os equipamentos devem ser novos, sem uso prévio e em perfeito estado de funcionamento. Não devem ser remanufaturados, recondicionados ou com reparos de quaisquer espécies e estarem em fase normal de fabricação.

**5.1.7.** Os equipamentos não poderão estar na lista de produtos com data prevista do fim de venda pelo fabricante (*end-of-date*) na data de aceite definitivo. No caso desta ocorrência, a **CONTRATADA**, deverá substituir o equipamento ofertado por um que esteja em linha regular de fabricação e que seja igual ou superior aos produtos ofertados.

**5.1.8.** A **CONTRATADA** deverá apresentar declaração, por escrito, indicando o responsável técnico pela prestação dos serviços, em área compatível com o objeto, acompanhado de certificado de Registro Profissional, expedido pelo CREA, devidamente atualizado, ou documento equivalente, e comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa, através da apresentação de cópia autenticada da CTPS ou por meio de contrato de prestação de serviços, cuja responsabilidade esteja expressa no mesmo, ou pelo contrato social quando tratar de sócio cotista ou diretor da empresa.

**5.1.9.** A **CONTRATADA** deverá possuir em seu quadro funcional ou societário, 02 profissionais certificados tecnicamente pelo fabricante do equipamento Ericsson/Aastra/ Mitel MX-ONE versão 7 ou superior e um técnico certificado em solução colaborativa de *softphone*. Adicionalmente, 02 profissionais certificados tecnicamente pelo fabricante do equipamento de Rádio, ALVARION. Sendo que deverá ser apresentado os certificados e os comprovantes que são empregados daponente.

**5.1.10.** A **CONTRATADA** deverá ter estoque de peças e componentes (*spare part*) dos sistemas telefônicos modelos MX-ONE na sede ou distribuidor localizado em Juiz de Fora.

**5.1.11.** A empresa licitante deverá ter sede ou distribuidor (ponto de presença) na região de Juiz de Fora/MG com técnico responsável registrado no CREA.

**5.1.12. Idioma:** Todas as telas, menus e mensagens apresentadas pelo sistema, incluindo manuais e ajudas, deverão ser fornecidos em português do Brasil.

**5.1.13. Ajuda:** O sistema deverá possuir ajuda eletrônica, com textos informativos sobre a utilização do sistema, sensível ao contexto, que possa ser acessada pelos usuários a partir do próprio sistema.

**5.1.14. Manual:** Deve ser disponibilizado Manual dos Usuários, em formato eletrônico, descrevendo de forma didática, todas as funções de cada módulo do sistema.

## **5.2. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS DE SEGURANÇA:**

**5.2.1.** Deverá ser possível a definição de perfis de utilização individuais ou de grupos, para que cada usuário ou grupo de usuários possa, ou não, ter acesso a determinadas funções, centralizando ou descentralizando as atividades operacionais.

**5.2.2.** O acesso ao sistema se dará por meio de cadastro único de usuário e senha individualizada.

**5.2.3.** As senhas deverão ser armazenadas criptografadas.

**5.2.4.** As rotinas de segurança deverão permitir o acesso dos usuários somente ao conjunto de objetos (menus, telas, transações, áreas de negócio, entre outros) autorizado individualmente a cada usuário ou a seu grupo de usuários.

**5.2.5.** O sistema deverá possuir mecanismos de prevenção contra fraude.

**5.2.6.** A **CONTRATADA** deverá realizar cópias de segurança (*backups*) diárias com vistas à recuperação dos dados armazenados, referentes ao processamento da solução, em caso de falha nos meios de armazenamento.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**5.2.7.** A contratada deverá se certificar de que toda cópia de segurança esteja íntegra e passível de restauração, caso seja necessário.

**5.2.8.** O sistema deverá gravar automaticamente trilhas de auditoria e registros de controle, sem limite de tempo, para suas funcionalidades críticas, contendo, no mínimo as seguintes informações: usuário, data, hora, operação realizada e dado manipulado.

**5.2.9.** Deverão ser disponibilizadas consultas/relatórios destinados à auditoria de determinados dados e funções do sistema.

**5.2.10.** A solução deve possuir mecanismos de segurança da informação, relacionados à integridade, privacidade e autenticidade dos dados, devendo ainda:

**5.2.10.1.** Manter na íntegra todas as transações mesmo em quedas de energia ou falhas de *software/hardware*;

**5.2.10.2.** Garantir a integridade referencial das tabelas durante as transações;

**5.2.10.3.** Criptografar todas as senhas dos usuários da solução com algoritmos superiores aos padrões MD5 e SHA1.

**5.2.11.** A **CONTRATADA** deverá apresentar relatórios de testes de vulnerabilidades tipo **Pentest White Box** do ambiente, após a assinatura do contrato e antecedendo a entrada do sistema em produção (de acordo com cronograma de implantação a ser estabelecido). Durante a vigência do contrato, caso seja aplicado algum patch de correção ou update nos sistemas, o **Pentest White Box** deverá ser novamente realizado relatando as falhas encontradas e as correções realizadas.

**5.2.11.1.** Os testes (*pentest*) deverão ser compostos por:

**5.2.11.1.1.** *Scan* de infraestrutura (análise de portas de serviços, versão dos Webservers, versões do Kernel servidores Linux, etc.).

**5.2.11.1.2.** *Scan* de aplicação (SQL Error Message, Cross-Site Scripting, SQL Disclosure, Directory Browsing, Open Redirect).

**5.2.11.2.** O resultado dos testes com as vulnerabilidades encontradas e as correções aplicadas deverão ser entregues em formato digital aos Gestores do Contrato.

**5.2.12.** A contratada deverá apresentar declaração de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/18), atestando possuir implementados os controles necessários que garantam a segurança de todo e qualquer dado pessoal envolvido nos processos.

## **6. ESPECIFICAÇÕES DE FUNCIONALIDADES**

### **6.1. Aparelhos IP SIP com fonte de alimentação:**

**6.1.1.** Deve possuir a certificação ANATEL;

**6.1.2.** Deve suportar o idioma inglês e o idioma português (PT-BR) para todas as informações apresentadas aos usuários, devendo ser entregue configurado preferencialmente em português PT-BR;

**6.1.3.** Deverá suportar no mínimo 6 contas SIP;

**6.1.4.** Possuir tela LCD;

**6.1.5.** Deve suportar o Codec G.711 (64 kbit/s A/μ law);

**6.1.6.** Dever suportar os Codecs G.729 e G.729AB;

**6.1.7.** Deve implementar o protocolo SIP v2 conforme RFC 3261;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

- 6.1.8.** Deve possuir QoS IEEE802.1Q e IEEE802.1p, layer 3 ToS DSCP;
- 6.1.9.** Deve possuir a capacidade de se autoconfigurar na rede e baixar automaticamente as configurações da central telefônica (configuração estática e automática via DHCP de seu endereço IP, máscara, default gateway e endereço do servidor de telefonia IP);
- 6.1.10.** Deve suportar acesso a diretório corporativo via LDAP ou AD;
- 6.1.11.** Deve suportar sincronização de hora e data com base em SNTP;
- 6.1.12.** Deve suportar mecanismo de autenticação via protocolo 802.1x;
- 6.1.13.** Deve possibilitar o passthrough para a estação de trabalho;
- 6.1.14.** Deve possuir de forma nativa (integrado no equipamento) switch com 2 (duas) portas FAST ETHERNET, uma para conexão da rede local e outra, para a estação de trabalho, com separação de VLANs.
- 6.1.15.** Deve suportar os protocolos IPv4 e IPv6.
- 6.1.16.** Deve possuir entrada específica para headset (fone de cabeça), independente da porta do monofone;
- 6.1.17.** Deve possuir recurso de bloqueio automático do aparelho (Phone Lock);
- 6.1.18.** Deve possuir teclas físicas ou virtuais para pelo menos as seguintes funções: Mensagens; Headset; Viva-voz; Rediscagem, retenção e transferência de chamadas; Conferência telefônica; Mudo; Ajuste de volume.
- 6.1.19.** Deve possuir o ajuste do volume do toque (ring), alto falante e do handset diretamente pelo teclado do telefone.
- 6.1.20.** Deve ser totalmente compatível com o softphone do fabricante da Solução;
- 6.1.21.** Deve possuir agenda para até 1.000 (mil) entradas, com recursos de pesquisa/busca, importação e exportação de contatos;
- 6.1.22.** Deve permitir configuração de “lista de bloqueio” (black list);
- 6.1.23.** Deve permitir a visualização do número do ramal e da hora em seu display;
- 6.1.24.** Deve possuir toque de segunda chamada ou indicador luminoso;
- 6.1.25.** Deve possuir identificação de chamadas, mostrando no display no mínimo o número originador da chamada;
- 6.1.26.** Deve possuir recurso de rejeição de chamadas anônimas;
- 6.1.27.** Deve possibilitar a visualização de informações tais como histórico de ligações, informações do número chamador, duração das chamadas, data e hora;
- 6.1.28.** Deve ser possível a configuração de discagem rápida pela interface de administração da Solução de Comunicações Unificadas e Colaboração;
- 6.1.29.** Deve permitir sua configuração pela interface da Solução de Comunicações Unificadas e Colaboração, garantindo a aplicação de modelos de configuração a vários aparelhos simultaneamente;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**6.1.30.** Deve permitir atualização de firmware e configurações por download automático;

**6.1.31.** O telefone deve ser totalmente compatível com UC e permitir a ativação das seguintes funcionalidades da Solução de Comunicações Unificadas e Colaboração diretamente pelo seu teclado: Desvio incondicional de chamadas; Mensagem de voz; Desvio de chamadas por não atendimento, em caso de sinal de ocupado ou quando indisponível; Transferência de chamadas; Discagem do último número; Chamada em espera com aviso para o originador; Captura de chamada de um grupo específico de ramais; Retorno automático de chamadas; Apresentação do número originador da chamada; Conferência telefônica a três;

**6.1.32.** Deve possuir acesso através de software para configuração remota, atualização, provisionamento e configuração em massa;

**6.1.33.** Devera vir acompanhado de fonte externa bivolt (110V-220V) automática, com plugue padrão NBR 14136:2002 e capacidade para alimentar o aparelho e demais acessórios conectados ao terminal sem a necessidade de outra fonte de energia complementar;

**6.1.34.** Deve suportar alimentação por PoE (Power Over Ethernet) padrão IEEE 802.3af;

**6.1.35.** Deve possuir encriptação SIP TLS com AES 128 bits no próprio aparelho, sem a necessidade de módulos externos ou adaptadores;

**6.1.36.** Implementar RTP Control Protocol (RTCP) Extended Report (XR), de forma a proporcionar métricas para análise da qualidade das chamadas;

## **6.2. SWITCH 5 portas 10/100/1000 Mbps com QoS**

**6.2.1.** Deverá oferecer comutação Gigabit Ethernet de camada 2;

**6.2.2.** Recurso de negociação automática half/full-duplex em cada porta;

**6.2.3.** Recepção e transmissão wire speed;

**6.2.4.** Suporte à rede full-duplex;

**6.2.5.** Tamanho do buffer de pacotes mínimo 1 Mb;

**6.2.6.** Capacidade de produção de no mínimo 7,4 Mpps;

**6.2.7.** Capacidade de Switching e no mínimo 10 Gbps;

**6.2.8.** Mínimo de 2048 entradas de MAC Address;

**6.2.9.** Compatibilidade: - IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3az, IEEE 802.1p;

**6.2.10.** Latência de 100 Mb: < 3 µs;

**6.2.11.** Latência de 1000 Mb: < 2,6 µs;

**6.2.12.** Tensão de entrada: 100 – 240 V.

## **7. PERÍODO DA EXECUÇÃO**

### **7.1. DO CONTRATO E DO PRAZO**

**7.1.1.** O prazo do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contado a partir da ordem de serviço que será emitida em até **30 (trinta) dias** da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

**7.1.2.** A ordem de serviço somente poderá ser emitida após a assinatura do contrato correspondente.

**7.1.3.** O fornecimento, a instalação, a implantação, a migração e o treinamento não poderá ser superior a **90 (noventa) dias**, a partir da data da emissão da ordem de serviço pela **CONTRATANTE**.





**7.1.4. Termo de recebimento provisório:** Emitir em 5 (cinco) dias após a entrega da solução.

**7.1.5. Termo de recebimento definitivo:** Emitir em 10 (dez) dias após o recebimento provisório. Salvo se houver alguma inconsistência na implantação detectada pela **CONTRATANTE**, que deverá ser sanada o mais breve possível pela **CONTRATADA**, e somente após a verificação de conformidade pela **CONTRATANTE** é que será emitido o Recebimento definitivo.

## 8. COTAÇÃO DE PREÇOS

Na cotação de preços deverão estar incluídos todos os custos de pessoal, transporte, hospedagem, alimentação e demais despesas decorrentes da execução do serviço, ou seja, todos os custos inerentes ao fornecimento, instalação, implantação, treinamento, operação assistida, licença de uso, atualizações, suporte e manutenções do sistema ora objetivado. Bem como os custos da contratação do técnico onsite.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**9.1.** Receber o objeto do contrato no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**9.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**9.3.** Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado fornecido, para que seja reparado ou corrigido.

**9.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 37, de 11 de julho de 2014, que aprova o manual de Gestão e Fiscalização de Contratos a ser utilizado pela Administração Direta, Autarquias e Fundações.

**9.5.** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

**9.6.** Emitir laudo informando se a Solução apresentada atende a todas as funcionalidades solicitadas neste Termo de Referência.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**10.1.** Fornecer a solução de forma ininterrupta durante todo o tempo de duração do contrato, ficando proibida a expiração do sistema, ou qualquer tipo de redução de funcionalidade, em tempo inferior ao contratado.

**10.2.** Manter a **CONTRATANTE** informada sobre as atualizações de versão, release ou revisão de todos os módulos da solução durante a vigência do contrato.

**10.3.** Manter os ambientes do sistema (base de dados e sistemas) disponíveis para os usuários, com integridade, medidas de contingência e salvaguarda dos dados, confidencialidade para o sigilo das informações neles contidas, garantindo também o licenciamento de produtos de terceiros (se houverem) e atualizações e manutenções necessárias.

**10.4.** Atender dentro dos prazos fixados as ocorrências e problemas nos procedimentos técnicos realizados, após a notificação da **CONTRATANTE**.

**10.5.** Assegurar o sigilo de informações e documentos pertencentes à **CONTRATANTE**.

**10.6.** Preparar e ministrar o treinamento das equipes técnicas da **CONTRATANTE** quanto ao uso do sistema.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**10.7.** Responsabilizar-se pela disponibilização dos ambientes de teste e homologação das aplicações para uso da **CONTRATANTE**.

**10.8.** Executar *backup*, mantendo cópias de todos os dados do sistema, fornecendo a **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, *backup* atualizado do banco de dados de produção.

**10.9.** Atender ao acordo de níveis de serviço para suporte e manutenção do sistema, conforme constante nos itens **4.7.12.2 e 4.8.2.2**.

**10.10.** Apresentar a qualquer tempo, documentos e informações solicitadas pela **CONTRATANTE** relativos aos serviços prestados.

**10.11.** Manter a matriz de responsabilidades e comunicações entre **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

**10.12.** Garantir o atendimento à Legislação para os módulos especificados no objeto.

**10.13.** Emitir relatórios mensais visando comprovação dos serviços prestados e atendimento às regras estabelecidas em formato a ser definido pela **CONTRATADA**.

**10.14.** Possuir todos os requisitos funcionais classificados como obrigatórios no momento do início da operação do sistema.

**10.15.** Em atendimento ao Art. 30 da Lei 8.666/93 em consonância com a Lei 4.769/65, nos casos onde os serviços prestados pelas empresas licitantes se enquadrarem no Art. 2º alíneas a e b da Lei 4.769/65 e com o Art. 3º do regulamento aprovado pelo Decreto 61.934/67.

**10.16.** A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do certame, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.17.** Atender as demais condições estabelecidas no contrato.

## **11. DAS PENALIDADES**

**11.1.** Os casos de inexecução do objeto deste Termo de Referência, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**11.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**11.3.** Entende-se por autoridade competente a STDA, secretaria da administração direta da **CONTRATANTE**.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**11.4.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**11.5.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **11.1**, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**11.6.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **11.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**11.7.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

## **12. ORÇAMENTO ESTIMADO:**

### **12.1. Informações sobre Equipamentos:**

**12.1.1.** A prefeitura fornecerá um Rack de 40 u's para embarcar toda a solução, bem como um Switch de 24 portas para uso interligação a MAN/LAN.

**12.1.2.** Sugere-se aos interessados em participar da Licitação que realizem a visita técnica para verificar os equipamentos de propriedade da PJF.

### **12.2. Tabela de Produtos, Licenças e Serviços:**

<b>Quadro A – Tabela de Produtos, Licenças e Serviços</b>				
Item	Qtde	Descrição	Valor médio Unitário/mês	Valor médio Total/mês
01	01	Atualização (Upgrade) do Sistema de Telefonia MX-ONE TSE da versão V3.2 para V7 ou superior <b>com a seguinte capacidade:</b> 739 Licenças para conexão de Ramais IP SIP 270 Licenças para conexão de Troncos Digitais CAS com 240 portas em MGU. 116 Licenças para conexão de troncos analógicos não equipados. 120 Licenças para conexão de Troncos Digitais ISDN em MGU.	R\$ 4.657,00	R\$ 4.657,00
02	01	LIM's com 1 magazine Lite 2 magazines Slim com 01 ASU-II e 3 MGU's.	R\$ 5.087,33	R\$ 5.087,33
03	739	Licenças de ramais IP para aparelhos IP de terceiros.	R\$ 6,83	R\$ 5.047,37
04	520	Aparelhos IP modelo compatível com a central com fonte com as características técnicas definidas neste TR.	R\$ 18,67	R\$ 9.708,40
05	70	Switch 5 portas 10/100/1000 Mbps com QoS de acordo com as características técnicas definidas neste TR.	R\$ 26,67	R\$ 1.866,90
06	01	Sistema de energia composto de 1 retificador de 10ª para rack e um banco de baterias estacionárias de 56AH/48V.	R\$ 310,67	R\$ 310,67



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

07	01	Atualização (Upgrade) do Sistema de tarifação STI para versão mais atual com a capacidade de 1000 usuários com equipamento servidor para instalação incluso a ser fornecido pelo proponente. O servidor deverá suportar o processamento de acordo com a capacidade do tarifador.	R\$ 1.282,50	R\$ 1.282,50
08	50	Licenças para usuários Standard de Softphone compatível com central MX-ONE TSE V7 para até 3 dispositivos simultâneos.	R\$ 65,40	R\$ 3.270,00
09	01	Aplicação de Softphone com Colaboração Virtual com equipamento servidor para instalação incluso a ser fornecido pelo proponente. Deverá incluir todas as licenças (s) necessárias ao funcionamento da solução.	R\$ 475,67	R\$ 475,67
10	01	Serviço de instalação, configuração e testes de toda solução incluindo os aparelhos IP.	R\$ 1.930,00	R\$ 1.930,00
11	01	Serviço de interligação em até 4 E1 em ISDN do MX-ONE TSE V7 com o hardware legado do MX-ONE TSE V3.2.	R\$ 301,67	R\$ 301,67
12	01	Treinamento – Turma 5 pessoas com no mínimo de 8 horas.	R\$ 345,00	R\$ 345,00
13	01	Técnico de Infraestrutura On Site.	R\$ 7.946,67	R\$ 7.946,67
14	01	Operação Assistida, Suporte, Manutenção por 36 meses, Assessoria Técnica e Garantia.	R\$ 14.138,00	R\$ 14.138,00
Total				R\$ 56.367,18

**12.3. VALOR A SER UTILIZADO NA ETAPA DE LANCES:**

DESCRIÇÃO	Unidade	Quant.	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
UPGRADE da Solução MXONE Conforme itens de 01 a 12 do quadro A – Item Orçamento Estimado	Equipamentos /Serviços	36	R\$ 34.208,67	R\$ 1.231.512,12
TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA ONSITE Conforme item 13 do quadro A – Item Orçamento Estimado	Serviço	36	R\$ 7.946,67	R\$ 286.080,12
Manutenção e Assistência Técnica dos equipamentos (servirá também para substituição do contrato em vigor). Conforme item 14 do quadro A – Item Orçamento Estimado	Serviço	36	R\$ 14.138,00	R\$ 508.968,00
VALOR GLOBAL				R\$ 2.026.560,24

**13. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:**

DESCRIÇÃO		UNIDADE	QTDE
<b>FASE 01</b>	Instalação da Solução, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação e treinamento.	Serviço	01 (um)
<b>FASE 02</b>	Utilização da Solução, Equipamentos, Manutenções Preventivas, Corretivas, adaptativa e garantia.	Serviço	36 (trinta e seis)



**13.1.** Para prestação do serviço **Instalação da Solução, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação e treinamento.**, o município definiu como preço máximo o valor de **R\$ 1.231.512,12** (Um milhão, duzentos e trinta e um mil, quinhentos e doze reais e doze centavos), cujo pagamento será realizado mensalmente, por 36 meses de no máximo **R\$ 34.208,67** (Trinta e quatro mil duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos) em até **30 (trinta) dias** contados a partir da data do aceite provisório.

**13.2.** Para **Utilização da Solução, Equipamentos, Manutenções Preventivas, Corretivas, adaptativa e garantia e os serviços técnicos de infraestrutura Onsite**, o município definiu como preço máximo o valor de **R\$ 795.048,12** (Setecentos e noventa e oito mil, quarenta e oito reais e doze centavos), cujo pagamento será realizado mensalmente, por 36 meses de no máximo **R\$ 22.084,67** (vinte e dois mil oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) em até **30 (trinta) dias** contados a partir da emissão da ordem de serviço para a primeira nota e posteriormente a cada 30 dias.

#### **14. A PROPOSTA DE PREÇOS**

A proposta de preços final deverá seguir o modelo padrão conforme **Anexo I.B** e deverá ser enviada junto à documentação de habilitação.

#### **15. CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**15.1.** Os licitantes deverão apresentar firmada a Declaração de conhecimento das condições para prestação do serviço objeto do certame, conforme **Anexo I.C**, mesmo que optem em não realizar a visita nas dependências da PJF.

**15.2.** Os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato, uma vez que será dado acesso à PJF para as empresas interessadas, que poderão entrar em contato através do telefone (32) 3690-7533, em dias úteis, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8h30min às 11h30min e 14h30min às 17h30min.

#### **16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NA HABILITAÇÃO**

**16.1.** Para a comprovação da qualificação técnica serão exigidos da **LICITANTE**:

**16.1.1.** Comprovação do registro ou inscrição da LICITANTE e do (s) responsável (eis) Técnico (s) em Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

**16.1.2.** O (s) atestado (s) ou documento (s) poderá (ão) ser objeto de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, tipificação dos serviços executados, inclusive com verificação dos respectivos expedientes que lhe deram origem, visitas ao local, etc.

**16.1.3.** As certidões de registro de pessoa jurídica no CREA emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de sua autenticidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão ou quando da realização de diligências.

#### **16.2. Requisitos para habilitação técnica:**

**16.2.1.** Declaração de disponibilidade de pessoal adequado para a realização dos serviços. Tal declaração deverá indicar a disponibilidade do seguinte (s) profissional (is):

**16.2.1.1.** Um engenheiro de telecomunicações ou engenheiro eletricista, indispensável para o fornecimento do objeto deste Termo de Referência;



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**16.2.2.** Caso a LICITANTE não seja a própria fabricante dos equipamentos, deverá anexar declaração da fabricante de ateste que a LICITANTE é revenda autorizada ou distribuidor oficial da fabricante, e que está apta para comercializar os componentes da solução descritos neste Termo de Referência, bem como prestar a assistência técnica e garantia da Solução deste edital.

**16.2.3.** No mínimo 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, de que comprove que a empresa proponente forneceu a solução ou upgrade para a solução similares ao objeto deste termo de referência inclusive da ferramenta colaborativa de softphone com averbação no CREA. Não serão aceitos protocolos de averbação e/ou registro do CREA.

**16.2.4.** Declaração de que dispõe de oficina/laboratório localizado preferencialmente em Minas Gerais, com equipamentos e ferramental adequado para reparo das placas (trancos, ramais, etc.).

**16.2.5.** Declaração que possui o mínimo 2 técnicos certificados pela Ericsson/Aastra/Mitel, em sistema telefônico MX-ONE TSE V7 e que os mesmos são funcionários da empresa proponente.

**16.2.6.** Declaração que possui o mínimo 1 técnico certificado pela Ericsson/Aastra/Mitel, em sistema softphone/ferramenta colaborativa MX-ONE TSE V7 e que os mesmos são funcionários da empresa proponente.

**16.2.7.** Declaração que possui o mínimo 2 técnicos certificados pela ALVARION, em equipamentos de rádios ALVARION, instalados na PJF e que os mesmos são funcionários da empresa proponente.

**16.2.8.** Declaração de que manterá equipe técnica em Juiz de Fora com seus funcionários ou terceirizados para permanente atendimento aos locais onde estão instalados os equipamentos.

**16.2.9.** No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

## **17. RECURSO ORÇAMENTÁRIO E TRIBUTAÇÃO**

As despesas serão através das dotações:

UG	Unidade	Classificação	ND	Fonte
651100	SEAPA	20.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.43	010.000.000
081000	SF	04.122.0007.2204.0000	3.3.90.39.00	010.000.000
231100	CGM	04.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.00	010.000.000
141100	SMU	26.122.0007.2004.0000	3.3.90.39	170.147.100
112100	SAS	08.122.0007.2004.0000	3.3.90.39	010.000.000
011100	SG	04.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.43	010.000.000
404100	FUNALFA	13.122.0007.2004.4000	3.3.90.39	010.000.000
414100	MAPRO	13.122.0007.2004.0000	3.3.90.39	010.000.000
181100	SESUC	06.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.43	010.000.000
343100	JFPREV	09.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.43	010.500.000
671100	SEDH	14.122.0007.2004.0000	3.3.90.39	010.000.000
131100	SE	12.361.0002.2108.0000	3.3.90.39.43	147.000.000
		12.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.43	010.000.000
		12.365.0002.2089.0000	3.3.90.39.43	010.000.000





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA				
102100	SS	10.302.0003.2281.4053	33.90.39	0102.600.000
		10.302.0003.2297.0000	33.90.39	0159.149.600
		04.604.0003.2036.0000	33.90.39	0100.600.000
		10.122.0007.2004.7001	33.90.39	0102.600.000
		10.302.0003.2284.5200	33.90.39	0102.600.000
		10.302.0003.2284.5505	33.90.39	0102.600.000
333100	PROCON	14.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.43	170.337.100
611100	STDA	01.126.0001.1188.0000	3.3.90.39	017.000.000
601100	SRH	04.122.0007.2004.0000	3.3.90.39	017.000.000
021100	SECOM	24.122.0007.2004.0000	3.3.90.39	010.000.000
091100	SO	04.122.0007.2004.0000	3.3.90.39	010.000.000
041100	PGM	04..12.2.00.07.2.004.	3.3.90.39.01	010.000.000
631100	SEPPOP	04.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.00	010.000.000
621100	SEPUR	15.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.00	010.000.000
191100	SESMAUR	04.122.0007.2004.0000	3.3.90.30	100.000.000
661100	SETUR	23.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.00	010..00.0.0
641100	SEDIC	04.122.0007.2004.0000	3.3.90.39.00	010.000.000
031100	SEL	27.122.0007.2004.0000	3.3.90.39	010.000.000

## 17.1. Tributação e faturamento

**17.1.1.** Com relação ao recolhimento de tributos na fonte sobre a prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência, há incidência de retenção na fonte de IRRF e o ISSQN é devido no local de prestação dos serviços.

**17.1.2.** A **CONTRATADA** deve ter condições de fracionar o valor total mensal da locação em várias Notas Fiscais para órgãos específicos da Prefeitura, sendo o número de notas fiscais, o nome dos órgãos e respectivos dados definidos pela Prefeitura de Juiz de Fora após a conclusão do procedimento licitatório, os quais serão informados à contratada.

**17.1.3.** A **CONTRATADA** poderá iniciar o faturamento somente após a emissão do Termo de recebimento provisório.

## 18. RESPONSABILIDADES

**18.1.** Em conformidade com Art. 67 da Lei 8.666/93, o Gestor e o Fiscal do Contrato serão designados em momento oportuno através de portaria.

## 19. SETORES PARTICIPANTES

**19.1. Administração Direta:** Secretaria de Transformação Digital e Administrativa (**STDA**), Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo, da Inovação e Competitividade (**SEDIC**), Secretaria de Planejamento do Território e Participação Popular (**SEPPOP**), Secretaria de Planejamento Urbano (**SEPUR**), Secretaria de Turismo (**SETUR**), Secretaria de Governo (**SG**), Secretaria de Assistência Social (**SAS**), Secretaria de Fazenda (**SF**), Secretaria de Sustentabilidade em Meio Ambiente e Atividades Urbanas (**SESMAUR**), Secretaria de Comunicação Pública (**SECOM**), Secretaria de Esporte e Lazer (**SEL**), Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania (**SESUC**), Secretaria de Mobilidade Urbana (**SMU**), Secretaria de Educação (**SE**), Secretaria Especial de Direitos Humanos (**SEDH**), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**SEAPA**), Secretaria de Obras (**SO**), Secretaria de Saúde (**SS**), Procuradoria Geral do Município (**PGM**), Secretaria de Recursos Humanos (**SRH**), Controladoria Geral do Município (**CGM**).

**19.2. Administração Indireta:** Fundação Museu Mariano Procópio (**MAPRO**), Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (**FUNALFA**), Agência de Proteção e Defesa do Consumidor (**PROCON**), Juiz de Fora Previdência (**JFPREV**).



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**20.** Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

**Anexo I.A** - Descrição das Características do Sistema Atual (MXONE v3.2)

**Anexo I.B** - Modelo da Proposta Comercial

**Anexo I.C** - Modelo de Declaração de Conhecimento

**Anexo I.D** - Detalhamento das Localidades de Instalação (*em planilha anexa*)



## **ANEXO I A - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA ATUAL (MXONE V3.2)**

Sistema MXONE TSE v3.2 marca Mitel antiga Ericsson/Aastra e rádios da Alvarion deverão ser mantidos e suportados por este processo com características de manutenção estabelecidas no Termo de Referência, com atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados e pontos facultativos, nos seguintes endereços:

- **Site 1 - Prédio sede PJF: Av. Brasil, 2001**
- **Site 2 – Paço Municipal: Av. Rio Branco, 2234**
- **Site 3 - Prédio administrativo da Saúde: Rua Halfeld, 1400**
- **Site 4 – Prédio Adhemar Rezende de Andrade: Av. Rio Branco, 1843**
- **Site 5 - PAM Marechal: Rua Marechal Deodoro, 496**
- **Site 6 - Secretaria de Educação: Av. Getúlio Vargas, 200**

### **CAPACIDADE E ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

<b>Site 1 – Prédio sede PJF</b>	
120 Troncos Digitais ISDN	210 Canais de voz corporativa via E1 G703
32 Troncos analógicos	32 Interfaces GSM
352 Ramais analógicos	01 Banco de baterias seladas 56 AH
36 Ramais digitais	01 Retificador 10 Ampères
01 Mesa operadora, modelo Dialog 4224	02 Rádios, AU 54Mbps
35 Aparelhos digitais, modelo Dialog 4222, Ericsson/Aastra	Software de Tarifação.
336 Aparelhos analógicos modelo Premium, Intelbrás	

<b>Site 2 – Paço Municipal</b>	
30 Troncos Digitais – CAS	30 Canais de voz corporativa via E1 G703
32 Ramais analógicos	32 Interfaces GSM
32 Aparelhos analógicos,	01 Banco de baterias seladas 56 AH
36 Ramais digitais	01 Retificador 10 Ampères
01 Rádio, AU 6Mbps	

<b>Site 3 – Prédio Administrativo da Saúde</b>	
30 Troncos Digitais – CAS	30 Canais de voz corporativa via E1 G703
80 Ramais analógicos	32 Interfaces GSM
80 Ramais analógicos	01 Banco de baterias seladas 56 AH
36 Ramais digitais	01 Retificador 10 Ampères
01 Rádio, AU 6Mbps	

<b>Site 4 – Prédio Adhemar Rezende de Andrade</b>	
---	--



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

30 Troncos Digitais – CAS	30 Canais de voz corporativa via E1 G703
80 Ramais analógicos	32 Interfaces GSM
80 Ramais analógicos	01 Banco de baterias seladas 56 AH
36 Ramais digitais	01 Retificador 10 Ampères
01 Rádio, AU 6Mbps	

**Site 5 – PAM Marechal**

30 Troncos Digitais – CAS	30 Canais de voz corporativa via E1 G703
80 Ramais analógicos	32 Interfaces GSM
80 Ramais analógicos	01 Banco de baterias seladas 56 AH
36 Ramais digitais	01 Retificador 10 Ampères
01 Rádio, AU 6Mbps	

**Site 6 - Secretaria de Educação**

30 Troncos Digitais – CAS	30 Canais de voz corporativa via E1 G703
80 Ramais analógicos	32 Interfaces GSM
80 Ramais analógicos	01 Banco de baterias seladas 56 AH
36 Ramais digitais	01 Retificador 10 Ampères
01 Rádio, AU 6Mbps	



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**ANEXO I.B - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL**

À

Prefeitura de Juiz de Fora

A/C: Sr. Pregoeiro

Prezado Senhor,

A sociedade (s) empresária (s)....., com sede na Rua/Av. ...., nº ....., no Município de ....., Estado de ..... Inscrita no CNPJ/MF nº ....., por intermédio de seu representante legal o Sr(a). ...., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., propõe a execução do objeto do **Pregão Eletrônico nº 066/2022**, de acordo com a seguinte **PROPOSTA DE PREÇO**:

Quadro A – Tabela de Produtos, Licenças e Serviços				
Item	Qtde	Descrição	Valor Unitário/mês	Valor Total/mês
01	01	Atualização (Upgrade) do Sistema de Telefonia MX-ONE TSE da versão V3.2 para V7 ou superior <b>com a seguinte capacidade:</b> 739 Licenças para conexão de Ramais IP SIP 270 Licenças para conexão de Troncos Digitais CAS com 240 portas em MGU. 116 Licenças para conexão de troncos analógicos não equipados. 120 Licenças para conexão de Troncos Digitais ISDN em MGU.	R\$	R\$
02	01	LIM's com 1 magazine Lite 2 magazines Slim com 01 ASU-II e 3 MGU's.	R\$	R\$ 3
03	739	Licenças de ramais IP para aparelhos IP de terceiros.	R\$	R\$
04	520	Aparelhos IP modelo compatível com a central com fonte com as características técnicas definidas no TR.	R\$	R\$
05	70	Switch 5 portas 10/100/1000 Mbps com QoS de acordo com as características técnicas definidas no TR.	R\$	R\$
06	01	Sistema de energia composto de 1 retificador de 10ª para rack e um banco de baterias estacionárias de 56AH/48V.	R\$	R\$
07	01	Atualização (Upgrade) do Sistema de tarifação STI para versão mais atual com a capacidade de 1000 usuários com equipamento servidor para instalação incluso a ser fornecido pelo proponente. O servidor deverá suportar o processamento de acordo com a capacidade do tarifador.	R\$	R\$
08	50	Licenças para usuários Standard de Softphone compatível com central MX-ONE TSE V7 para até 3 dispositivos simultâneos.	R\$	R\$
09	01	Aplicação de Softphone com Colaboração Virtual com equipamento servidor para instalação incluso a ser fornecido pelo proponente. Deverá incluir todas as licenças (s) necessárias ao funcionamento da solução.	R\$	R\$
10	01	Serviço de instalação, configuração e testes de toda solução incluindo os aparelhos IP.	R\$	R\$
11	01	Serviço de interligação em até 4 E1 em ISDN do MX-ONE TSE V7 com o hardware legado do MX-ONE TSE V3.2.	R\$	R\$
12	01	Treinamento – Turma 5 pessoas com no mínimo de 8 horas.	R\$	R\$



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

13	01	Técnico de Infraestrutura On Site.	R\$	R\$
14	01	Operação Assistida, Suporte, Manutenção por 36 meses, Assessoria Técnica e Garantia.	R\$	R\$

DESCRIÇÃO	Unidade	Quant.	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
UPGRADE da Solução MXONE Conforme itens de 01 a 12 do Quadro A	Equipamentos /Serviços	36	R\$	R\$
TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA ONSITE Conforme item 13 do Quadro A	Serviço	36	R\$	R\$
Manutenção e Assistência Técnica dos equipamentos (servirá também para substituição do contrato em vigor). Conforme item 14 do Quadro A	Serviço	36	R\$	R\$
VALOR GLOBAL				R\$

Para atendimento aos requisitos editalícios a CONTRATADA **DECLARA**:

1. Que os serviços e/ou produtos ora propostos estão em conformidade com as especificações contidas no Edital e Termo de Referência;
2. Que o preço proposto é firme e preciso e neles estão inclusos todos os impostos, taxas, e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento do objeto licitado, ressalvadas as hipóteses previstas no § 5º, do Art. 65 da Lei 8.666/93, e, estamos de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta Licitação, aos quais nos submetemos incondicional e integralmente;
3. Declara também que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta licitante ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4. Que o prazo de validade da presente proposta é de **90 (noventa) dias** corridos, contados a partir da entrega da mesma ao Pregoeiro;

5. A licitante declara que para a formulação da proposta de preço foram observadas as condições estipuladas no Edital, estando ciente, de que sua proposta não pode ultrapassar os valores máximos determinados:

- a) A prestação do **UPGRADE da Solução MXONE** será pago mensalmente, durante a vigência do contrato, a partir do segundo mês, e suas possíveis renovações, perfazendo um **valor máximo mensal** de até **R\$ .....** (.....).
- b) O Técnico infraestrutura onsite será pago mensalmente, durante a vigência do contrato, a partir do segundo mês, e suas possíveis renovações, perfazendo um **valor máximo mensal** de até **R\$ .....** (.....).

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo (representante legal)

• Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente. **Devendo ser enviada junto a documentação de habilitação.**

Carimbo do CNPJ





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**ANEXO I.C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

A sociedade (s) empresária (s)....., com sede na Rua/Av. ...., nº ....., no Município de ....., Estado de ..... inscrita no CNPJ/MF nº ....., telefone(s) ....., e-mail para contato ....., por intermédio da pessoa legalmente credenciada Sr(a). ...., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., declara, sob as penas da Lei, que tomou pleno conhecimento das condições e exigências para a execução dos serviços objeto do **Pregão Eletrônico nº 066/2022**, objetivando dirimir quaisquer dúvidas que possam existir com relação ao Edital e Termo de Referência (TR) e ratificar os requisitos fundamentais definidos pela STDA.

A sociedade empresária declara ainda, que tem pleno conhecimento de que não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto do contrato, uma vez que será dado acesso aos interessados, que poderão entrar em contato conforme estabelecido no Edital do **Pregão Eletrônico nº 066/2022**, realizando a visita técnica.

Juiz de Fora, ..... de ..... de 2022

.....  
Identificação da Sociedade Empresária

Assinatura

Nome do representante (por extenso e legível)

CPF nº

RG nº

**Cargo e/ou função**



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**ANEXO I.D - DETALHAMENTO DAS LOCALIDADES DE INSTALAÇÃO**  
(Em planilha anexo)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 066/2022 - PJF**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 5.366/2022**

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM ..... E A

*(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)*

O (a) ....., neste ato representado por seu(ua) ....., Sr(a). ....., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador da CI nº ..... doravante denominado ....., com a interveniência da ..... de ....., neste ato representada por seu(ua) .....(a) Sr(a). ....., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº ....., portador da CI nº ..... e Secretária ....., neste ato representada por seu ..... Sr. ....., brasileiro, inscrito no CPF nº ....., portador da CI nº ....., doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária ..... estabelecida à rua ..... nº ....., CNPJ nº ....., pelo seu representante infra-assinado Sr. ....., CPF nº ....., RG nº ..... doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 066/2022.**, conforme consta do **processo** administrativo eletrônico nº **5.366/2022**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** É objeto deste instrumento o **fornecimento de centrais telefônicas modelo MX-ONE para realização de atualização de Software e Hardware da central telefônica de propriedade da Prefeitura de Juiz de Fora, provendo capacidade de operar de maneira híbrida usando sistema convencional de telefonia (STFC) e de Voz sobre IP (VOIP), incluindo aplicação de Softphone compreendendo upgrade, instalação, configuração, treinamento, suporte, garantia e manutenção, com técnico de infraestrutura (onsite) pelo prazo de 36 meses em regime de Leasing**, conforme especificações do edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 066/2022**, os quais integram este contrato independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

**1.1.1.** Os serviços e sistema a serem fornecidos pela **CONTRATADA** serão divididos em três categorias:

**1.1.1.1. Serviços de Prestação Instantânea:** Planejamento do projeto, instalação do sistema, implantação, configuração, treinamento, parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação e operação assistida.

**1.1.1.2. Licenciamento:** Licença de uso, atualizações, manutenções e suporte.

**1.1.1.3. Serviços de Prestação Continuada:** Suporte durante a vigência contratual e Técnico de Infraestrutura Onsite para manutenção e serviços.

**1.2.** A **CONTRATANTE** pagará valores mensais e consecutivos referente a Solução e sua manutenção, a qual a **CONTRATADA** dará plena quitação ao final do contrato, passando a solução ser patrimônio definitivo da PJF.

**1.3.** A **CONTRATANTE** pagará valores mensais e consecutivos à **CONTRATADA** referente ao técnico de infraestrutura (*onsite*).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1.4. Deverão estar inclusos todos os equipamentos, softwares e suas respectivas licenças e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento do sistema.

1.5. A **CONTRATADA** deverá realizar os faturamentos separados sejam com os dados do Município ou com os dados de Órgãos da administração indireta o qual poderá realizar a execução orçamentária e financeira diretamente.

1.6. Vincula-se ao presente contrato a proposta da Contratada, nos termos da legislação vigente e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante o Anexo I - Termo de Referência.

1.7. As especificações não transcritas integram o **Anexo I - Termo de Referência** - conforme sumário abaixo:

4. Detalhamento dos Serviços

4.2. Planejamento do Projeto

4.3. Instalação da Solução

4.4. Implantação, Configuração, e Parametrização do Sistema em seus Ambientes de Produção e Homologação

4.5. Treinamento

4.6. Operação Assistida Pós-Implantação

4.7. Manutenção durante toda a vigência contratual

4.8. Suporte durante toda a vigência contratual

4.9. Especificação dos serviços a serem prestados pelo técnico de infra estrutura on site

5. Especificações técnicas

5.1. Requisitos não Funcionais, Gerais:

5.2. Requisitos não Funcionais de Segurança:

6. Especificações de Funcionalidades.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ ..... (.....), conforme preço registrado e quantitativos estabelecidos, que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores individualizados os seguintes:

Quadro A – Tabela de Produtos, Licenças e Serviços				
Item	Qtde	Descrição	Valor Unitário/mês	Valor Total/mês
01	01	Atualização (Upgrade) do Sistema de Telefonia MX-ONE TSE da versão V3.2 para V7 ou superior <b>com a seguinte capacidade:</b> 739 Licenças para conexão de Ramais IP SIP 270 Licenças para conexão de Troncos Digitais CAS com 240 portas em MGU. 116 Licenças para conexão de troncos analógicos não equipados. 120 Licenças para conexão de Troncos Digitais ISDN em MGU.	R\$	R\$
02	01	LIM's com 1 magazine Lite 2 magazines Slim com 01 ASU-II e 3 MGU's.	R\$	R\$ 3
03	739	Licenças de ramais IP para aparelhos IP de terceiros.	R\$	R\$
04	520	Aparelhos IP modelo compatível com a central com fonte com as características técnicas definidas no TR.	R\$	R\$
05	70	Switch 5 portas 10/100/1000 Mbps com QoS de acordo com as características técnicas definidas no TR.	R\$	R\$



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

06	01	Sistema de energia composto de 1 retificador de 10ª para rack e um banco de baterias estacionárias de 56AH/48V.	R\$	R\$
07	01	Atualização (Upgrade) do Sistema de tarifação STI para versão mais atual com a capacidade de 1000 usuários com equipamento servidor para instalação incluso a ser fornecido pelo proponente. O servidor deverá suportar o processamento de acordo com a capacidade do tarifador.	R\$	R\$
08	50	Licenças para usuários Standard de Softphone compatível com central MX-ONE TSE V7 para até 3 dispositivos simultâneos.	R\$	R\$
09	01	Aplicação de Softphone com Colaboração Virtual com equipamento servidor para instalação incluso a ser fornecido pelo proponente. Deverá incluir todas as licenças (s) necessárias ao funcionamento da solução.	R\$	R\$
10	01	Serviço de instalação, configuração e testes de toda solução incluindo os aparelhos IP.	R\$	R\$
11	01	Serviço de interligação em até 4 E1 em ISDN do MX-ONE TSE V7 com o hardware legado do MX-ONE TSE V3.2.	R\$	R\$
12	01	Treinamento – Turma 5 pessoas com no mínimo de 8 horas.	R\$	R\$
13	01	Técnico de Infraestrutura On Site.	R\$	R\$
14	01	Operação Assistida, Suporte, Manutenção por 36 meses, Assessoria Técnica e Garantia.	R\$	R\$

DESCRIÇÃO	Unidade	Quant.	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
UPGRADE da Solução MXONE Conforme itens de 01 a 12 do Quadro A	Equipamentos /Serviços	36	R\$	R\$
TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA ONSITE Conforme item 13 do Quadro A	Serviço	36	R\$	R\$
Manutenção e Assistência Técnica dos equipamentos (servirá também para substituição do contrato em vigor). Conforme item 14 do Quadro A	Serviço	36	R\$	R\$
VALOR GLOBAL				R\$

**2.1.1.** Para prestação do serviço **Instalação da Solução, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação e treinamento**, o preço máximo é de **R\$ .....** (.....), cujo pagamento será realizado mensalmente, por 36 meses de no máximo **R\$ .....** (.....) em até **30 (trinta) dias** contados a partir da data do aceite provisório.

**2.1.2.** Para **Utilização da Solução, Equipamentos, Manutenções Preventivas, Corretivas, adaptativa e garantia e os serviços técnicos de infraestrutura Onsite**, o preço máximo é de **R\$ .....** (.....), cujo pagamento será realizado mensalmente, por 36 meses de no máximo **R\$ .....** (.....) em até **30 (trinta) dias** contados a partir da emissão da ordem de serviço para a primeira nota e posteriormente a cada 30 dias.

**2.2.** Estão incluídos no preço, todos os custos de pessoal, transporte, hospedagem, alimentação e demais despesas decorrentes da execução do serviço, ou seja, todos os custos inerentes ao fornecimento, instalação, implantação, treinamento, operação assistida, licença de uso, atualizações, suporte e manutenções do sistema ora objetivado. Bem como os custos da contratação do técnico onsite.



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

**2.2.1.** No valor mensal, estão incluídos todos os impostos, taxas, transporte de qualquer natureza, hospedagens, alimentação, mão de obra, encargos trabalhistas e previdenciários, substituição de peças/componentes e suprimentos necessários e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento da obrigação.

**2.3.** O pagamento será creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta, em que deverá ser efetivado o crédito:

**BANCO:** ..... **AGÊNCIA:** ..... **CONTA CORRENTE:** ..... **LOCALIDADE:** .....

**2.4.** Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

**2.4.1.** No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

**2.4.2.** A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

**2.4.3.** Quando ocorrer a situação prevista no item **2.4.2**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

**2.4.4.** Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

**2.5.** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

**2.5.1.** Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

**2.6.** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**2.7.** O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**2.8.** No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

**2.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**2.10.** Com relação ao recolhimento de tributos na fonte sobre a prestação dos serviços descritos no Termo de Referência, há incidência de retenção na fonte de IRRF e o ISSQN é devido no local de prestação dos serviços.

**2.11.** A **CONTRATADA** deve ter condições de fracionar o valor total mensal da locação em várias Notas Fiscais para órgãos específicos da Prefeitura, sendo o número de notas fiscais, o nome dos órgãos e respectivos dados definidos pela Prefeitura de Juiz de Fora após a conclusão do procedimento licitatório, os quais serão informados à contratada.

**2.12.** A **CONTRATADA** poderá iniciar o faturamento somente após a emissão do Termo de recebimento





provisório.

## 2.13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação nº .....

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O prazo do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contado a partir da ordem de serviço que será emitida em até **30 (trinta) dias** da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

3.5. A ordem de serviço somente poderá ser emitida após a assinatura do contrato correspondente.

3.6. O fornecimento, a instalação, a implantação, a migração e o treinamento não poderá ser superior a **90 (noventa) dias**, a partir da data da emissão da ordem de serviço pela **CONTRATANTE**.

3.7. **Termo de recebimento provisório:** Emitir em 5 (cinco) dias após a entrega da solução.

3.8. **Termo de recebimento definitivo:** Emitir em 10 (dez) dias após o recebimento provisório. Salvo se houver alguma inconsistência na implantação detectada pela **CONTRATANTE**, que deverá ser sanada o mais breve possível pela **CONTRATADA**, e somente após a verificação de conformidade pela **CONTRATANTE** é que será emitido o Recebimento definitivo.

#### 3.9. Do reajuste do contrato:

3.9.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

3.9.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005, ou outro em acordo com a legislação pertinente.

3.9.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

3.9.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA - INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

#### 4.1. INSTALAÇÃO DA SOLUÇÃO



**4.1.1.** A solução, com todas as suas funcionalidades, bem como seu Banco de Dados, deve estar instalada no *Data Center* da **CONTRATANTE** localizado no 4º andar do edifício sede da PJF, interligando ao DG atual, que se encontra localizado no mesmo edifício no 1º andar, nos ambientes de Produção, Homologação (este último também poderá ser usado como ambiente de treinamento).

**4.1.2.** Todas as interfaces gráficas e documentação de ajuda do sistema informatizado deverão ser disponibilizados preferencialmente em idioma português do Brasil, ou em Inglês incluindo as interfaces de administração e parametrização do referido sistema.

#### **4.2. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

DESCRIÇÃO		UNIDADE	QTDE
<b>FASE 01</b>	Instalação da Solução, implantação, configuração e parametrização do sistema em seus ambientes de produção e homologação e treinamento.	Serviço	01 (um)
<b>FASE 02</b>	Utilização da Solução, Equipamentos, Manutenções Preventivas, Corretivas, adaptativa e garantia.	Serviço	36 (trinta e seis)
	Técnico de infraestrutura Onsite	Mês	36 (trinta e seis)

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.1.** Receber o objeto do contrato no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**5.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**5.1.3.** Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado fornecido, para que seja reparado ou corrigido.

**5.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 37, de 11 de julho de 2014, que aprova o manual de Gestão e Fiscalização de Contratos a ser utilizado pela Administração Direta, Autarquias e Fundações.

**5.1.5.** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

**5.1.6.** Emitir laudo informando se a Solução apresentada atende a todas as funcionalidades solicitadas no Termo de Referência.

#### **5.2. Da Sociedade Empresária Contratada**

**5.2.1.** Fornecer a solução de forma ininterrupta durante todo o tempo de duração do contrato, ficando proibida a expiração do sistema, ou qualquer tipo de redução de funcionalidade, em tempo inferior ao contratado.

**5.2.2.** Manter a **CONTRATANTE** informada sobre as atualizações de versão, release ou revisão de todos os módulos da solução durante a vigência do contrato.

**5.2.3.** Manter os ambientes do sistema (base de dados e sistemas) disponíveis para os usuários, com



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

integridade, medidas de contingência e salvaguarda dos dados, confidencialidade para o sigilo das informações neles contidas, garantindo também o licenciamento de produtos de terceiros (se houverem) e atualizações e manutenções necessárias.

**5.2.4.** Atender dentro dos prazos fixados as ocorrências e problemas nos procedimentos técnicos realizados, após a notificação da **CONTRATANTE**.

**5.2.5.** Assegurar o sigilo de informações e documentos pertencentes à **CONTRATANTE**.

**5.2.6.** Preparar e ministrar o treinamento das equipes técnicas da **CONTRATANTE** quanto ao uso do sistema.

**5.2.7.** Responsabilizar-se pela disponibilização dos ambientes de teste e homologação das aplicações para uso da **CONTRATANTE**.

**5.2.8.** Executar *backup*, mantendo cópias de todos os dados do sistema, fornecendo a **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, *backup* atualizado do banco de dados de produção.

**5.2.9.** Atender ao acordo de níveis de serviço para suporte e manutenção do sistema, conforme constante nos itens **4.7.12.2 e 4.8.2.2** do Termo de Referência.

**5.2.10.** Apresentar a qualquer tempo, documentos e informações solicitadas pela **CONTRATANTE** relativos aos serviços prestados.

**5.2.11.** Manter a matriz de responsabilidades e comunicações entre **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

**5.2.12.** Garantir o atendimento à Legislação para os módulos especificados no objeto.

**5.2.13.** Emitir relatórios mensais visando comprovação dos serviços prestados e atendimento às regras estabelecidas em formato a ser definido pela **CONTRATADA**.

**5.2.14.** Possuir todos os requisitos funcionais classificados como obrigatórios no momento do início da operação do sistema.

**5.2.15.** Em atendimento ao Art. 30 da Lei 8.666/93 em consonância com a Lei 4.769/65, nos casos onde os serviços prestados pelas empresas se enquadrarem no Art. 2º alíneas a e b da Lei 4.769/65 e com o Art. 3º do regulamento aprovado pelo Decreto 61.934/67.

**5.2.16.** A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do certame, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**5.2.17.** Atender as demais condições estabelecidas no contrato.

**5.2.18.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.2.19.** Obrigações da **CONTRATADA** além das decorrentes de lei:

- a) manter a continuidade dos serviços, mesmo por ocasião da substituição do pessoal, incluindo afastamentos, greves, férias etc.
- b) fornecer e manter profissionais especializados, executando as atividades nos prazos estabelecidos nos cronogramas entre as partes ajustados.
- c) dirigir, comandar e remunerar seus empregados, assumindo todos os riscos da condição de única empregadora nos termos da Lei, não havendo qualquer vínculo empregatício entre o seu empregado e a PJF.
- d) responder isolada e individualmente por qualquer débito trabalhista, previdenciário, civil ou tributário



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

oriundo do presente instrumento.

**e)** fornecer uniformes completos para seus colaboradores.

**f)** promover por sua conta todos os exames médicos periódicos, admissionais, demissionais e atendimentos relativos a acidente do trabalho da mão-de-obra sem ônus para a PJF.

**g)** A proponente é responsável pela manutenção de todos os equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários aos serviços.

**h)** fornecer as ferramentas e instrumentos necessários à execução do presente escopo.

**i)** prestar os serviços em todas as localidades da PJF onde existam telefones ou ramais instalados. Desta forma a **CONTRATADA** deverá prever eventuais deslocamentos para o atendimento.

**5.2.20..** Responsabilizar-se para que sejam atendidas e executadas, rigorosamente, todas as exigências e especificações do Anexo I - Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

**6.1.** Os casos de inexecução do objeto deste **contrato**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

**a)** advertência;

**b)** multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

**c)** multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

**d)** suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

**e)** declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**6.2.** Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

**6.2.1.** Entende-se por autoridade competente a STDA, secretaria da administração direta da **CONTRATANTE**.

**6.3.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**6.4.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

**6.4.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**6.5.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**6.6.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**6.7.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:



**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

**6.8.** A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**7.1.** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

**7.2.** A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos a contratada.

**7.2.1.** O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

## **CLÁUSULA OITAVA DA CESSÃO**

**8.1.** Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

**8.1.1.** A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

**8.2.** A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

## **CLÁUSULA NONA DAS COMUNICAÇÕES**

**9.1.** As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

## CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

**10.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, ..... de ..... de 20.....

### **GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)**

#### **EMPRESA**

Representante Legal

Cargo

#### **Testemunha 1**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_

#### **Testemunha 2**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 066/2022 - PJF**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 5.366/2022**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante Sr.(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ..... DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.





PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 066/2022 - PJF**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 5.366/2022**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº .....,  
sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s)  
....., e-mail para contato ....., neste ato  
representada pelo(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e  
do CPF nº ....., declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação  
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 066/2022**, assim como tem pleno conhecimento  
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 066/2022 - PJF**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 5.366/2022**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

....., inscrito no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)  
....., portador da Carteira de Identidade nº  
..... e do CPF nº ....., **DECLARA, sob as penas da Lei, em  
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega  
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (     )

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 066/2022 - PJF**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 5.366/2022**

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.